

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC BRUNO CARDOSO DA SILVA

**EMPREGO DO SUBMARINO DE PROPULSÃO NUCLEAR NA
DEFESA DE ILHAS OCEÂNICAS:**

A manobra do Royal Navy Flag Officer Submarine em 1982

Rio de Janeiro

2024

CC BRUNO CARDOSO DA SILVA

**EMPREGO DO SUBMARINO DE PROPULSÃO NUCLEAR NA
DEFESA DE ILHAS OCEÂNICAS:**

A manobra do Royal Navy Flag Officer Submarine em 1982

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF GLAUCO FIGUEIREDO

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

DEDICATÓRIA

A Deus, por sempre estar ao meu lado em todos os meus caminhos.

A Alberto, *in memoriam*, e Ana por terem me oferecido estudo e estrutura para estar na Marinha do Brasil desde 2001.

A Laise e Alice, por serem o combustível que me impulsiona diariamente.

AGRADECIMENTOS

Ao Almirante de Esquadra (RM1-FN) Zuccaro, pelas primeiras orientações ao se envolver com o tema da Defesa de Ilhas Oceânicas.

Ao Vice-Almirante (FN) Taulois, apesar da grande demanda inerente ao Cargo de Comandante de Pessoal do Corpo de Fuzileiros Navais, pelo tempo que disponibilizou para ler os meus rascunhos e promover um diálogo cordial sobre a Estratégia A2/AD.

Aos CMG (FN) Bragança, CF (FN) Rubin e CC (AFN) Fonseca, pelas orientações e apoios desde a concepção do Projeto Básico desta monografia.

A todos os membros do Corpo de Fuzileiros Navais, o meu reconhecimento pelo empenho em desenvolver o conceito de Defesa de Ilhas Oceânicas na Marinha do Brasil.

ADSUMUS!

Ao CF Glauco, orientador desta dissertação, pelos diversos *insights* durante nossas conversas. Eles foram fundamentais para o aprimoramento deste trabalho. O seu trato franco e solícito foi valioso ao longo do caminho.

USQUE AD SUB ACQUAM NAUTA SUM!

Ao Capitão de Corveta da Marinha Nacional Francesa Jemisson Beatrix, pelo material de Maurice Vaïsse, que contribuiu significativamente para a preencher lacunas de conhecimento do Referencial Teórico.

Je te remercie infiniment, mon ami!

A todos os amigos da Turma C-EMOS/2024, muito obrigado pelo carinho dispensado à minha pessoa.

Sabíamos o que tínhamos que fazer, fomos e fizemos. A Grã-Bretanha é grande outra vez.

Margaret Thatcher.

RESUMO

Esta dissertação aborda o uso de Submarinos de propulsão nuclear na Defesa de Ilhas Oceânicas, centrando-se na atuação do *Royal Navy Flag Officer Submarine* durante a Guerra das Malvinas em 1982. O trabalho destaca como os Submarinos de propulsão nuclear (SSN) se mostraram cruciais na guerra devido à sua capacidade de operar de forma independente da superfície e com autonomia quase ilimitada, características que lhes conferem uma vantagem significativa sobre os Submarinos de propulsão convencional (SSK). A análise detalhada da dissertação apresenta as operações dos Submarinos britânicos *HMS Spartan*, *Splendid* e *Conqueror*, enfatizando a importância desses veículos na manutenção da Negação do Uso do Mar ao Inimigo, bem como analisa a aderência dessa atuação com a Estratégia de Antiacesso e de Negação de Área (A2/AD). São expostos o uso dos SSN para patrulhar e proteger as águas em torno das Ilhas Malvinas, ressaltando como essas embarcações contribuíram para a dissuasão das Forças Navais argentinas e para o sucesso estratégico britânico. Além disso, a dissertação discute o impacto psicológico e estratégico do afundamento do cruzador argentino *ARA General Belgrano* pelo *HMS Conqueror*, um evento que sublinhou a letalidade e a eficácia dos SSN em operações de combate real. Esse caso específico é apresentado como um exemplo claro do poder de projeção e da capacidade de controle marítimo proporcionada por esses meios. Por fim, esta monografia aponta como a experiência da Guerra das Malvinas oferece lições valiosas sobre a utilização de Submarinos de propulsão nuclear em conflitos navais, demonstrando sua importância para a defesa de territórios insulares e para a Estratégia A2/AD.

Palavras-chave: Submarinos de Propulsão Nuclear. Defesa de Ilhas Oceânicas. Guerra das Malvinas. Estratégia A2/AD. Royal Navy. Argentina. Grã-Bretanha.

ABSTRACT

The employment of nuclear propulsion Submarine in the defense of oceanic islands: the maneuver of the Royal Navy Flag Officer Submarine in 1982

This dissertation addresses the use of nuclear-powered Submarines in the defense of oceanic islands, focusing on the role of the Royal Navy Flag Officer Submarine during the Falklands War in 1982. The study highlights how nuclear-powered Submarines (SSN) proved themselves crucial in the conflict due to their ability to operate independently of the surface and with almost unlimited autonomy, features that provide a significant advantage over conventionally powered Submarines (SSK). The detailed analysis presents the operations of the British Submarines *HMS Spartan*, *Splendid*, and *Conqueror*, emphasizing the importance of these vessels in maintaining Sea Denial against the enemy and analyzing their adherence to the Anti-Access/Area Denial (A2/AD) Strategy. The use of SSN to patrol and protect the waters around the Falklands Islands is explored, underscoring how these Submarines contributed to deterring Argentine Naval Forces and achieving British strategic success. Additionally, this document discusses the psychological and strategic impact of the sinking of the Argentine cruiser *ARA General Belgrano* by *HMS Conqueror*, an event that highlighted the lethality and effectiveness of SSN in actual combat operations. This specific case is presented as a clear example of the power projection and maritime control capabilities provided by these assets. Finally, this dissertation points out how the experience of the Falklands War offers valuable lessons on the use of nuclear-powered Submarines in naval conflicts, demonstrating their importance for the defense of insular territories and for the A2/AD Strategy.

Keywords: Nuclear-powered Submarines. Defense of the Oceanic Islands. Falklands War. A2/AD Strategy. Royal Navy. Argentina. Great Britain.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	- Aplicação do Poder Naval em um sistema defensivo de camadas de uma ilha	23
FIGURA 2	- Hierarquia entre os conceitos abordados no Referencial Teórico.....	24
FIGURA 3	- Organograma da Operação <i>Rosário</i>	29
FIGURA 4	- Organograma dos GT da Operação <i>Corporate</i>	30
FIGURA 5	- Meios navais empregados na Operação <i>Corporate</i>	30
FIGURA 6	- Zona de Exclusão Total estabelecida em torno das Ilhas Malvinas	33
FIGURA 7	- Novo organograma das forças argentinas	33
FIGURA 8	- Disposição das forças britânicas e argentinas no dia 2 de maio de 1982	34
FIGURA 9	- Afundamento do <i>Cruzador Belgrano</i>	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SILGLAS

A2	- <i>Antiaccess</i> (Antiacesso)
A2/AD	- <i>Antiaccess/ Area denial</i> (Antiacesso/ Negação de Área)
ABL	- Academia Brasileira de Letras
AD	- <i>Area denial</i> (Negação de Área)
AOA	- Área do Objetivo Anfíbio
ARA	- Armada da República Argentina
CDDCFN	- Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais
CDDGN	- Centro de Desenvolvimento Doutrinário de Guerra Naval
CNUDM	- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CTDDCFN	- Comando do Treinamento e do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais
EUA	- Estados Unidos da América
C	- Cruzador
CFT	- Comandante da Força-Tarefa
CGT	- Comandante do Grupo-Tarefa
CT	- Contratorpedeiro
F	- Fragata
FT	- Força-Tarefa
GT	- Grupo-Tarefa
HMS	- <i>Her ou His Majesty Ship</i> (Navio de sua Majestade)
INPI	- Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
JOAC	- <i>Joint Operational Access Concept</i> (Conceito Conjunto de Acesso Operacional)
MNDPRC	- <i>Ministry of National Defense of the People's Republic of China</i> (Ministério da Defesa Nacional da República Popular da China)
NAe	- Navio-Aeródromo
NDCC	- Navio de Desembarque de Carros de Combate
NPP	- Navio-Patrolha Polar
NPTR	- Navio Petroleiro
NQG	- Navio Quebra-Gelo

NT	- Navio-Tanque
NTR	- Navio-Transporte
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PROSUB	- Programa de Desenvolvimento de Submarinos
R	- Rebocador
RFA	- <i>Royal Fleet Auxiliary</i> (Esquadra Auxiliar Real)
S	- Submarino
SSK	- Submarino Convencional de Ataque
SSN	- Submarino de propulsão Nuclear
TIAR	- Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
USDOD	- <i>United States Department of Defense</i> (Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América)
ZEE	- Zona Econômica Exclusiva
ZET	- Zona de Exclusão Total

LISTA DE SÍMBOLOS

jd	-	Jarda
km	-	Quilômetro
km ²	-	Quilômetro Quadrado
£	-	Libra Esterlina
MN	-	Milha Náutica
US\$	-	Dólar Americano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	O SUBMARINO: DOS PRIMÓRDIOS À PROPULSÃO NUCLEAR	15
2.2	A ESTRATÉGIA A2/AD.....	17
2.3	A IMPORTÂNCIA DE ILHAS OCEÂNICAS	21
2.4	O A2/AD COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DE ILHAS OCEÂNICAS .	22
2.5	CONCLUSÕES PARCIAIS	24
3	O EMPREGO DO SSN NA GUERRA DAS MALVINAS	26
3.1	AS ILHAS MALVINAS: DA DESCOBERTA ATÉ 1982.....	26
3.2	O CONTEXTO DA GRÃ-BRETANHA	27
3.3	O CONTEXTO DA ARGENTINA	28
3.4	COMPARAÇÃO: OPERAÇÃO <i>ROSÁRIO</i> VERSUS OPERAÇÃO <i>CORPORATE</i>	29
3.5	UM CONFLITO E UMA ZONA DE EXCLUSÃO	31
3.6	O PROTAGONISMO DO <i>FLAG OFFICER SUBMARINE</i> E DO <i>HMS</i> <i>CONQUEROR</i>	34
3.7	APESAR DOS PERCALÇOS, A GRÃ-BRETANHA ERA GRANDE OUTRA VEZ	38
3.8	CONCLUSÕES PARCIAIS	38
4	CONFRONTO ENTRE TEORIA E REALIDADE	41
4.1	AS SEMELHANÇAS	41
4.2	AS DIFERENÇAS	42
4.3	CRITÉRIOS DE COMPARAÇÃO	44
4.3.1	Primeira Questão	44
4.3.2	Segunda Questão	44
4.3.3	Terceira Questão	45
4.4	ANÁLISE CRÍTICA	45
5	CONCLUSÃO	47
	REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

A Marinha do Brasil está desenvolvendo um Submarino de propulsão nuclear através do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). Contudo, uma questão surge entre os membros da sociedade civil: para que o Brasil precisa de um Submarino nuclear?

Uma possível resposta é encontrada a 350 km do litoral do estado brasileiro do Rio Grande do Norte: a Ilha de Fernando de Noronha. Das ilhas oceânicas brasileiras, esta é a única com população urbana em seu interior.

A necessidade de proteger as ilhas oceânicas brasileiras e afirmar a soberania sobre o espaço oceânico gerou o conceito de Amazônia Azul¹, essencial para a sobrevivência e prosperidade (Barbosa Junior, 2012) de uma população crescente, que ultrapassa 210 milhões de habitantes (Brasil, 2016).

Porém, persiste a lacuna de conhecimento sobre como utilizar o Submarino de propulsão nuclear para defender as ilhas oceânicas, pois a posse de tal meio será algo inédito na Marinha do Brasil.

Para buscar uma resposta para a pergunta supracitada, faz-se necessário desenvolver doutrinas². Para tal, a Marinha do Brasil criou em sua estrutura organizacional o Comando do Treinamento e do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais em 2012 (CTDDCFN)³ (Brasil, 2012) e o Centro de Desenvolvimento Doutrinário de Guerra Naval (CDDGN) em 2022. Ambos centros têm a missão de apresentar doutrinas que permitam capacitar a Marinha do Brasil a obter o máximo potencial dos seus recursos humanos e materiais, permitindo o cumprimento de sua missão constitucional (Lázaro, 2023).

Uma fonte importante para a criação da doutrina é o fato histórico, pois a história é a ponte de compreensão entre passado, presente e futuro (Gil, 2008). Logo,

¹ Somatório das áreas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da Plataforma Continental Estendida (Marinha do Brasil, 2019). Marca registrada da Marinha do Brasil no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) em 2011 (Amazônia [...], 2011).

² A doutrina é “um conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, fundamentado principalmente na experiência, destinado a estabelecer linhas de pensamento e a orientar ações, exposto de forma integrada e harmônica” (Brasil, 2023).

³ Originalmente Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CDDCFN). Sua denominação foi mudada para a atual em maio de 2024 (CFN [...], 2024).

é relevante para a Marinha do Brasil analisar algum fato do passado que envolva a Defesa de Ilhas Oceânicas.

Nesse diapasão, este trabalho analisará o emprego do Submarino de propulsão nuclear nas Operações de Defesa de Ilhas Oceânicas realizadas pela *Royal Navy*⁴ ao relembrar os fatos da Guerra das Malvinas, ocorrida em 1982.

Esta dissertação examinará se o emprego dos SSN britânicos na Guerra das Malvinas possui aderência à Teoria da Estratégia *Antiaccess/Area Denial*⁵ (A2/AD). Busca-se neste trabalho avaliar a relevância do emprego desses Submarinos nas Operações de Defesa de Ilhas Oceânicas durante o conflito em tela, por meio do confronto entre teoria e realidade.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo, serão enumerados os conceitos de Submarinos, Estratégia A2/AD e Defesa de Ilhas Oceânicas.

No segundo capítulo, no contexto da Guerra das Malvinas, será descrito o emprego dos Submarinos *HMS Spartan, Splendid e Conqueror*.

No terceiro capítulo, ao confrontar teoria e realidade, serão listadas as semelhanças e diferenças entre o emprego dos Submarinos britânicos na Guerra das Malvinas e a Estratégia A2/AD seguido de uma conclusão do trabalho.

⁴ Nome oficial da Marinha de Guerra britânica.

⁵ Antiacesso/Negação de Área. Tradução nossa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreensão deste trabalho, serão listados os conceitos de Submarino, Estratégia A2/AD e Defesa de Ilhas Oceânicas.

2.1 O SUBMARINO: DOS PRIMÓRDIOS À PROPULSÃO NUCLEAR

Segundo a Enciclopédia Barsa, um Submarino é uma “embarcação, geralmente de guerra, concebida para navegar submergida; submersível” (Submarino, 2016). Oriundo de ideias teóricas de Leonardo da Vinci⁶, passando por Cornelis van Drebel⁷, seu primeiro emprego militar foi com David Bushnell⁸, durante a Guerra de Independência Americana (1775-1783) (Marasciulo, 2019).

A Revolução Industrial e o motor de combustão interna de Rudolf Diesel (Diesel [...], 2016) tornaram o Submarino de propulsão convencional, ou SSK⁹, viável para emprego em larga escala, o que ocorreu durante as duas Guerras Mundiais, onde a arma submarina mostrou-se capaz de interromper as linhas de comunicação marítimas, a ponto do Primeiro-Ministro britânico Winston Churchill, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), dizer que: “a única coisa que em algum momento me assustou durante a guerra foi o perigo submarino”¹⁰ (Sheffield, 2011, tradução nossa).

O Submarino se apoia na “capacidade de ocultação que lhe assegura maior discricção, permitindo realizar ações táticas em águas controladas pelo inimigo” (Carvalho, 2007, p. 20), tendo, por consequência, o poder de atacar de maneira surpreendente. O adversário, vendo seus navios serem afundados sem possibilidade concreta de impedir ou reagir, não utilizará mais aquele mar até o fim do conflito.

⁶ Cientista italiano que desenhou modelos de Submarinos entre os séculos XV e XVI (Submarino, 2016).

⁷ Criou e lançou um modelo no Rio Tâmis, na Grã-Bretanha, em 1610 (Submarino, 2016).

⁸ Criou o Turtle, de propulsão manual, cuja tripulação instalou um artefato explosivo no Navio britânico *Eagle* (Submarino, 2016), fazendo-o naufragar. A perda desse meio britânico contribuiu para a consolidação norte-americana como estado soberano (Marasciulo, 2019).

⁹ Conforme a nomenclatura de Submarinos da OTAN, “SS” significa *subsurface* (abaixo da superfície), “K” significa *hunter-killer* (atacante) e “N” significa propulsão nuclear. Logo, SSK se refere a um Submarino convencional de ataque e, conseqüentemente, SSN, Submarino convencionalmente armado com propulsão nuclear (Gimblett, 2024).

¹⁰ Do original: “[...] *the only thing that ever really frightened me during the war was the U-boat peril*”.

Desse efeito desejado se obtém a tarefa fundamental do emprego de um Submarino: Negar o Uso do Mar ao Inimigo.

Além de atacar forças oponentes, o Submarino pode ser usado para ações de coleta de informações, minagem e lançamento de agentes em águas inimigas, graças à sua capacidade de ocultação. Apesar do poder destrutivo, os SSK eram totalmente dependentes da superfície para captar ar para os motores diesel carregarem as baterias, tornando esses meios vulneráveis aos Navios e Aviões antissubmarino (Vaïsse, 1989)¹¹. As baterias possuem capacidade limitada, o que impede que o Submarino desenvolva grandes velocidades, permitindo que o SSK somente patrulhe áreas focais ou de grande tráfego marítimo.

Ao fim de duas guerras mundiais envolvendo guerra submarina, concluiu-se ser necessária uma fonte de energia sem restrições para o Submarino (Vaïsse, 1989). A energia nuclear era a resposta. No arrasto do Projeto *Manhattan*¹², a Marinha americana iniciou a construção de um Submarino com propulsão nuclear em 1948. O *USS Nautilus* foi lançado ao mar em 1954 com sucesso (Vaïsse, 1989). A partir daí, o Submarino de propulsão nuclear, ou SSN, surge como um meio de dissuasão com raio de ação quase que infinito e independente da superfície. A Negação do Uso do Mar ganhou uma dimensão global com o Submarino nuclear. Logo, o SSN não é uma arma somente tática. Ele se torna um instrumento estratégico do Estado para atingir seus objetivos nacionais, graças a capacidade de poder se deslocar oculta e livremente na maioria dos mares do Planeta Terra.

Os britânicos buscaram igualmente essa capacidade com o lançamento do *HMS Dreadnought*, primeiro SSN da *Royal Navy*¹³, em 1961. A experiência britânica adquirida com esse Submarino permitiu que o SSN *HMS Conqueror* fosse desenvolvido e lançado em 1971 (Military Factory, 2017). O emprego desse Submarino será abordado mais adiante.

¹¹ Maurice Vaïsse é um historiador francês especialista em assuntos de defesa e de relações internacionais (Maurice [...], 2024).

¹² Projeto liderado por Julius Robert Oppenheimer sobre o emprego da energia nuclear, no qual foram fabricadas as bombas atômicas que atingiram as cidades de Hiroshima e Nagasaki durante a Segunda Guerra Mundial (Oppenheimer, 2023; Projeto [...], 2016).

¹³ Foi celebrado o acordo de defesa de 1958 com os Estados Unidos da América (EUA), no qual foi possível a transferência de tecnologia de propulsão nuclear (ONU, 1959).

A partir daí, Rússia, China e França também construíram seus primeiros SSN. Todavia, nenhum Navio de Guerra seria afundado por um SSN até a Guerra das Malvinas em 1982.

2.2 A ESTRATÉGIA A2/AD

O termo Antiacesso/Negação de Área, ou simplesmente A2/AD, é uma expressão citada pela primeira vez em 2001¹⁴ na publicação americana *Quadrennial Defense Review Report*¹⁵ na qual:

Mudando para uma força baseada em capacidades também exige que os Estados Unidos se concentrem nas oportunidades emergentes que certas capacidades, incluindo sensoriamento remoto avançado, longo alcance ataque de precisão, manobra, forças expedicionárias e sistemas, para superar ameaças de anti acesso e de negação de área, podem conferir os militares dos EUA ao longo do tempo¹⁶ (EUA, 2001. p. 14, tradução nossa).

Todavia, a ideia de impedir o adversário de atingir um determinado objetivo não é nada disruptivo¹⁷ no pensamento estratégico (Tangredi, 2013; Taulois, 2016). Entre os séculos XVI e XVII, o Sir Walter Raleigh¹⁸ definiu que: “quem comanda o mar, comanda o comércio; quem comanda o comércio mundial, comanda as riquezas do mundo e conseqüentemente comanda o mundo”¹⁹ (Raleigh, 2017, tradução nossa). Já no final do século XIX, o Almirante Alfred Thayer Mahan²⁰ descreveu o mar como um bem comum global²¹ e idealizou a influência da Guerra Naval sobre terra, trazendo

¹⁴ Documento expedido após os atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque.

¹⁵ Relatório quadrienal de Defesa. Tradução nossa.

¹⁶ Do original: “Moving to a capabilities-based force also requires the United States to focus on emerging opportunities that certain capabilities, including advanced remote sensing, long-range precision strike, transformed maneuver and expeditionary forces and systems, to overcome anti-access and area denial threats, can confer on the U.S. military over time”.

¹⁷ Disrupção é um novo modelo que causa uma ruptura em um padrão vigente (Disrupção, 2023; Yogui; Magacho, 2024).

¹⁸ Walter Raleigh (1552-1618). Explorador e escritor inglês. Organizou expedições britânicas à América nos séculos XVI e XVII e escreveu sobre história mundial (Raleigh [...], 2016).

¹⁹ Do original: “Whosoever commands the sea commands the trade; whosoever commands the trade of the world commands the riches of the world, and consequently the world itself”.

²⁰ Oficial da Marinha norte-americana. Escreveu reflexões sobre a estratégia marítima como o livro “A Influência do Poder Marítimo sobre a História 1660-1783” (Título original: *The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783*) (Mahan [...], 2016).

²¹ Do original *global common*. Tradução nossa.

o conceito de guerra anfíbia. A partir daí, surgia o prisma da luta pelo acesso oceânico a pontos em terra (Tangredi, 2013).

Contudo, esse desejo de acesso gera um problema militar: como evitar que uma esquadra inimiga, possivelmente mais forte que a sua, projete seu poder do mar e tome um objetivo seu em terra (Tangredi, 2013)? A resposta surge na década de 1870 com o Almirante francês Hyacinthe Laurent Théophile Aube, ao ver que a França não conseguia rivalizar no mar com o poderio britânico, propõe o emprego de novos armamentos, como a mina e o torpedo em seu próprio litoral. Essa guerra costeira faria com que a esquadra atacante se preocupasse em também defender os seus próprios meios, tornando um bloqueio ou uma tomada de posição adversária em terra custosos demais. Em oposição as clássicas batalhas do passado, o Almirante Aube nomeou essa estratégia de *Jeune École*²² (Coutau-Bégarie, 2010).

Esse conceito ganhou grande repercussão mundial, com diversas reflexões sobre o assunto. Poderosos ou não, Estados buscaram a produção em escala industrial do Submarino. Seu emprego na Primeira Guerra Mundial lançando torpedos contra o tráfego mercante foram os marcos na consolidação das ideias da *Jeune École*. O ator com o controle do mar tinha agora um adversário que está disposto a Negar o Uso do Mar ao Inimigo²³.

Daí, já é possível compreender o conceito de Negação de Área (AD), a partir de Taulois (2016, p. 28): “Ação destinada a impedir as operações inimigas dentro de um Teatro, onde não se possa ou não se consiga evitar o acesso do adversário”.

O conceito de Antiacesso é mais antigo do que o de Negação de Área. Buscando o conceito de acesso, ele pode ser, num sentido militar, um ataque repentino (Acesso, 2016) ou, conforme o *Joint Operational Access Concept*²⁴ (JOAC), “capacidade de projeção militar em uma área operacional com suficiente liberdade de ação para cumprir a missão”²⁵ (United States, 2012, tradução nossa). Desde que o primeiro exército atravessou o mar para lutar contra um adversário em terras

²² Escola jovem, na língua francesa. Tradução nossa.

²³ Do original em inglês, *sea denial*. Tradução nossa. Impedir o oponente de usar o mar em prol dos próprios propósitos (Tangredi, 2013).

²⁴ Conceito Operacional de Acesso Conjunto. Tradução nossa. Documento do Departamento de Defesa dos EUA no qual define em linhas gerais como uma força conjunta americana deve lidar em resposta a um oponente que emprega uma Estratégia A2/AD (United States, 2012).

²⁵ Do original: “*ability to project military force into an operational area with sufficient freedom of action to accomplish the mission*”.

estrangeiras (United States, 2012) até o complexo assalto anfíbio na Normandia em 1944²⁶, há a necessidade estratégica de um determinado partido chegar pelo mar no território hostil e a do oponente criar subterfúgios para evitar que isto aconteça.

Em função de eventos, como o supracitado na Normandia ou o desembarque em Incheon durante a Guerra da Coréia em 1950, Estados como a China refletiram sobre como impedir o acesso adversário a seu território a partir do mar. Conforme a publicação *China's National Defense in the New Era*²⁷:

A China tem uma fronteira terrestre de mais de 22.000 km e um litoral de mais de 18.000 km. A China supera a maioria dos países no número de países vizinhos, na extensão da fronteira terrestre e na complexidade da segurança marítima. Portanto, é uma tarefa difícil para a China salvaguardar a sua soberania territorial, os direitos e interesses marítimos e a unidade nacional²⁸ (China, 2019, tradução nossa).

Além de defender seu extenso litoral, a China precisa assegurar suas Linhas de Comunicações Marítimas, que levam sua produção industrial mundo afora, bem como voltem com *commodities*²⁹ como petróleo, soja e minérios para sustentar o seu crescimento. Não obstante, a China tem que lidar com questões em aberto como a contestada soberania da ilha de Taiwan e disputas marítimas com o Japão por arquipélagos como o de Senkaku (Japão, [2012]). Diante disso, a China se posicionou estrategicamente para impedir uma eventual invasão ao seu território, estruturando as suas forças armadas, em especial sua Marinha, para negar esse acesso a forças antagônicas, como a americana (China, 2019).

Essa capacidade de projeção no leste do Pacífico, combinada com sistemas de detecção, capacidades cibernéticas, de defesa avançados e armamentos de longo alcance como mísseis balísticos, fizeram com que os pensadores americanos e japoneses identificassem a China como utilizadora de capacidades, tanto de Antiacesso como de Negação de Área (Taulois, 2016).

²⁶ Evento conhecido como “dia D”, possibilitou a retomada europeia pelos aliados na Segunda Guerra Mundial (Normandia [...], 2016).

²⁷ Defesa nacional chinesa na nova era. Tradução nossa.

²⁸ Do original: “*China has a land border of more than 22,000 km and a coastline of over 18,000 km, China surpasses most of countries in the number of neighboring countries, the length of land border, and the complexity of maritime security. Therefore, it is a daunting task for China to safeguard its territorial sovereignty, maritime rights and interests, and national unity*”.

²⁹ Matéria-prima, produzida em massa e de baixo valor agregado, de origem mineral, vegetal ou agropecuária, destinada à exportação (ABL, 2008).

Desta forma, o conceito para Antiacesso (A2) é: “Ação destinada a impedir ou retardar o estabelecimento de forças em um Teatro de Operações, atuando a partir de distâncias mais longas do local de conflito. A2 afeta os movimentos de uma ameaça para um Teatro de Operações” (Taulois, 2016, p. 28).

Além do exemplo chinês de A2/AD para a defesa de seu litoral, o Almirante Greenert³⁰ (2012) traz outra possibilidade de emprego dessa estratégia: os *choke points*³¹. Locais como os Canais do Panamá e de Suez, bem como os Estreitos de Ormuz, *Bab el Mandeb* e Malaca concentram Linhas de Comunicação Marítimas vitais ao comércio mundial. Caso um Estado decida eventualmente bloquear um desses pontos, ele conseguiria levar qualquer parte oponente à mesa de negociações por uma simples razão: o prejuízo provocado pelo fechamento de um *choke point* é gigantesco, como demonstrado no caso *Ever Given* de 2021³².

A atuação conjunta do conceito A2 com o AD, segundo Tangredi (2013), se baseia em cinco elementos:

- a) ciência de que o atacante é estrategicamente superior;
- b) a importância da geografia;
- c) predominância do uso do domínio marítimo durante o conflito;
- d) a inteligência é fundamental; e
- e) mudança causada por eventos exógenos.

Dos cinco elementos acima, o emprego de um SSN em um conflito abarca os elementos 1 e 3, pois, a simples notícia de que um Submarino é empregado em uma escaramuça por si só é um motivo de grande apreensão por parte do partido oponente, no que concerne ao domínio marítimo.

Outro ponto que merece destaque é que o Antiacesso e a Negação de Área não são ações estanques entre si. Essas ações podem ser conduzidas em paralelo (Taulois, 2016) ou serem trocadas instantaneamente. Um exemplo disso é o emprego do SSN: se ele está em operação impedindo um meio contrário de acessar uma

³⁰ Jonathan W. Greenert. Oficial de Marinha Submarinista. Foi o trigésimo *Chief of Naval Operations* (Comandante de Operações Navais) da Marinha Americana (United States, 2024).

³¹ Ponto de estrangulamento, tradução nossa. Uma rota estratégica estreita que proporciona acesso para outra região (Choke [...], 2024).

³² O Navio mercante *Ever Given* encalhou no Canal de Suez, fechando completamente o tráfego entre os dias 23 e 30 de março de 2021 (Canal [...], 2021). Estima-se que o prejuízo gerado durante o bloqueio do canal foi da ordem de US\$ 400 milhões por hora (Craveiro, 2021).

posição, é Antiacesso. Caso o oponente resolva adentrar ali e sofra um ataque torpédico, esse Submarino passou a Negar o Uso de uma Área Marítima ao adversário.

2.3 A IMPORTÂNCIA DE ILHAS OCEÂNICAS

Uma questão que vem à baila quando as Ilhas Oceânicas são contempladas é se elas são importantes ou não ao Estado. Daí, são colocados três exemplos de documentos de alto nível para responder a essa lacuna de conhecimento.

O primeiro exemplo é o da Grã-Bretanha. Conforme o documento *Integrated Review Refresh*³³, “o Reino Unido possui a quinta maior possessão oceânica graças aos Territórios Ultramarinos espalhados por quatro dos cinco grandes oceanos do mundo”³⁴ (2023, p. 54, tradução nossa).

O segundo exemplo é o francês. O *Livre blanc: défense et sécurité nationale*³⁵ diz que:

Os riscos e ameaças que pesam sobre os territórios ultramarinos, onde quase três milhões dos nossos concidadãos, colocam problemas específicos relacionados com a distância e características próprias. Eles justificam respostas adaptadas do Estado. A sua situação estratégica exige maior atenção, sobretudo pelas inúmeras riquezas escondidas nos seus espaços, zonas marítimas e fenômenos ilegais que se desenvolvem nas suas proximidades imediatas³⁶ (France, 2013, p. 50, tradução nossa).

Por fim, o exemplo brasileiro. “Estratégia Nacional de Defesa” diz que:

As capacidades para controlar áreas marítimas, negar o uso do mar e projetar o Poder Naval terão por foco incrementar a segurança e a habilitação para defender as infraestruturas críticas marítimas, os arquipélagos e as ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras ou onde houver interesses nacionais, assim como responder prontamente a qualquer ameaça as vias marítimas de comércio (Brasil, 2020a, p. 47).

³³ Atualização integrada. Tradução nossa.

³⁴ Do original: “*The UK has the world’s fifth largest marine estate thanks to its Overseas Territories spread across four of the five great oceans in the world*”.

³⁵ Livro Branco: Defesa e Segurança Nacional. Tradução nossa.

³⁶ Do original: “*Les risques et les menaces qui pèsent sur les outre-mer, où vivent près de trois millions de nos concitoyens, posent des problèmes spécifiques liés à leur éloignement et à leurs caractéristiques propres. Ils justifient des réponses adaptées de l’État. Leur situation stratégique requiert une attention renforcée, notamment en raison de nombreuses richesses recelées dans leurs espaces maritimes et des phénomènes illégaux qui se développent dans leur voisinage immédiat*”.

Os três exemplos supracitados demonstram que a posse de ilhas oceânicas é uma preocupação dos Estados que as possuem, em virtude das benesses tangíveis ou intangíveis que elas proporcionam. Entretanto, não é possível manter grandes guarnições nas ilhas e uma centena de Navios e Submarinos cercando o arquipélago, haja vista a finitude dos recursos do Estado (Friedman; Friedman, 1980). Por maior que seja a capacidade de deslocamento Aéreo e marítimo, operar fora de seu território metropolitano envolve uma cauda logística³⁷ vultosa e custosa a fim de manter a campanha em condições de sucesso. Chega-se assim, a uma crise do conhecimento sobre como defender as ilhas com os limites impostos.

2.4 O A2/AD COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DE ILHAS OCEÂNICAS

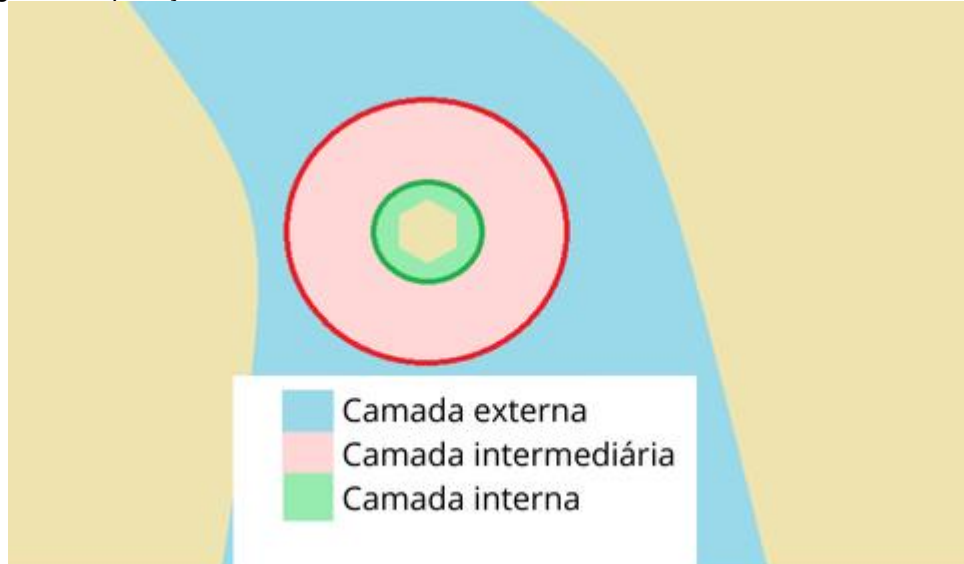
O conceito de A2/AD vem para pactuar os recursos disponíveis com a necessidade político-estratégica do Estado de possuir ilhas oceânicas. Os objetivos da aplicação da estratégia A2/AD é dissuadir qualquer outro ator de acessar um determinado local (Antiacesso), porém, caso acesse, tornar sua permanência lá insustentável (Negação de Área). Outro ponto que se destaca em qualquer Estratégia, logo, se aplica à Estratégia de Defesa de Ilhas Oceânicas baseada no conceito A2/AD, é o seu desenvolvimento desde os tempos de paz, para poder ser aplicada em conflitos quando eles eclodirem (Iung, 1890).

Para tal, é empregada a sistemática de camadas de defesa (Ferreira, 2018). Cada Estado adota quantidades diferentes de camadas. Para o caso da defesa de uma ilha oceânica, será adotada por este trabalho a divisão em três camadas, sugerida por Mello (2016) para a defesa de um arquipélago. Independentemente da quantidade adotada por um Estado para organizar suas defesas, um fator é primordial: o aumento do poder de combate à proporção que um meio adversário se aproxime do núcleo do local a ser defendido (Taulois, 2016).

³⁷ Recursos humanos e materiais que apoiam a tarefa principal de uma força militar em operação a grandes distâncias de suas bases (Aguinaga; Amorim, 2020).

Na divisão exemplificada na figura 1, constam três camadas (Mello, 2016). Desde os tempos de paz, a camada externa, fora de um raio de 200 MN³⁸ das ilhas, são empregados os sistemas de vigilância passivos espaciais, as capacidades de guerra cibernética e os vetores de armas de longo alcance, como SSN e mísseis intercontinentais. Confrontar o inimigo que deseja acesso, porém continua distante da ilha, é o propósito dessa primeira camada, ou Antiacesso. Pela visão de Taulois (2016, p. 32), “a árdua e imprescindível defesa do país contra agressões vindas do ‘além-mar’ **não pode limitar-se às águas jurisdicionais**, mas deve ser **iniciada tão distante quanto possível**”. Segue-se o exemplo de aplicação:

Figura 1 - Aplicação do Poder Naval em um sistema defensivo de camadas de uma ilha



Fonte: O Autor.

Na camada intermediária, localizada em uma área em formato de coroa circular de raio externo de 200 MN e interno de 12 MN centrado nas ilhas, o defensor tem por objetivo frear o avanço inimigo que manifestamente investe contra o arquipélago. Nessa fase, lança-se mão de armamentos de médio alcance oriundos de meios Navais, Aéreos e Terrestres. O controle de áreas marítimas é vital. A Negação de Área oceânica ganha vulto quando em comparação ao Antiacesso. Para tal, Forças Navais nucleadas em NAe, SSK/SSN, Aeronaves de interceptação e ataque e baterias de

³⁸ A interpretação adotada é a do Brasil sobre a CNUDM na qual as Águas Jurisdicionais Brasileiras são espaços marítimos que compreendem a faixa de 200 MN das linhas de base, além a das águas sobrejacentes à extensão da Plataforma Continental além das 200 MN (Brasil, 2022).

mísseis instaladas nas ilhas em litígio se interpõem entre o adversário e o arquipélago (Mello, 2016).

A camada interna, localizada em uma área circular de 12 MN de raio centrado nas ilhas, compreende meios Navais, Aéreos e principalmente em terra que possam impedir uma operação anfíbia do oponente. Nesta camada, o Estado agredido necessita de superioridade aérea, de armamentos de curto alcance e da minagem, oriunda da *Jeune École*, a fim de Negar o Uso do Mar a um oponente que deseja desembarcar tropas inimigas (Mello, 2016).

Ao reunir todos os conceitos afetos ao emprego de SSN na Defesa de Ilhas Oceânicas, será empregada a seguinte hierarquia entre os conceitos utilizando os Diagramas de Venn (Venn [...], 2016) que consta da figura 2. A Defesa de Ilhas Oceânicas contém as ideias de Antiacesso e de Negação de Área, enquanto o emprego do SSN está contido em maior proporção no conceito de A2 e em menor proporção no que tange ao AD.

Figura 2 – Hierarquia entre os conceitos abordados no Referencial Teórico



Fonte: O Autor.

2.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

Visando o alinhamento do desenvolvimento desta monografia com o tema, serão destacados os seguintes conceitos deste Referencial Teórico para estudo.

Primeiramente, existem atualmente duas grandes vertentes de emprego da estratégia A2/AD em termos de Guerra Naval: a primeira é a defesa do território continental de uma ameaça vinda do mar. O principal exemplo disso é a Defesa Marítima Ativa utilizada pela China a fim de garantir o funcionamento de suas linhas

de comunicação marítimas e impedir uma invasão. Para efeitos deste trabalho, será empregada a segunda vertente, a Defesa de Ilhas Oceânicas, na qual o Estado usa seu Poder Militar para defender ilhas oceânicas de ameaças e, se necessário, retomar ilhas oceânicas do invasor.

Em segundo lugar, usando como referência a figura 1, o SSN é empregado em uma estrutura A2/AD de Defesa de Ilhas Oceânicas prioritariamente em sua camada externa e eventualmente na intermediária. O Submarino de propulsão nuclear é empregado inicialmente como um instrumento de Antiacesso, de maneira que normalmente o Estado que está o empregando divulga no Sistema Internacional tal fato a fim de que a Esquadra do partido adversário retroceda nas suas intenções sem a necessidade de combate. No entanto, caso um meio Naval acesse, o SSN engajará esse meio com um seu armamento impondo a Negação de Área. Caso o Comando de Força no mar verifique que os SSK não estão em quantidade suficiente para cobrir a camada intermediária, é possível que um Submarino de propulsão nuclear seja convocado para completar o patrulhamento em condições de Negar a Área. Assim, a *Jeune École* não pode ser mais considerada simplesmente a “arma do mais fraco”, mas sim, uma possibilidade de autodefesa de qualquer Estado que o empregue.

Por fim, apesar da teoria inicial da *Jeune École* ser concebida inicialmente para ser de baixo custo, a necessidade de autodefesa fez com que diversos Estados passassem a investir vultosas quantias para a defesa de seu litoral ao empregar os conceitos da estratégia A2/AD. O principal exemplo de instrumento de alto custo empregado é o SSN, tema desta dissertação.

3 O EMPREGO DO SSN NA GUERRA DAS MALVINAS

Este capítulo se subdividirá em: histórico das Ilhas Malvinas, contextos dos envolvidos, comparação das forças envolvidas, o conflito em si, os eventos envolvendo o SSN *HMS Conqueror*, objeto deste trabalho, epílogo e conclusões parciais.

3.1 AS ILHAS MALVINAS: DA DESCOBERTA ATÉ 1982

As Ilhas Malvinas são um arquipélago³⁹ localizado a 480 km do litoral argentino e a cerca de 13.000 km da Grã-Bretanha. O arquipélago foi avistado pela primeira vez pelo britânico John Davis em 1592, seguido do navegador holandês Sebald van Weerdt em 1600. O primeiro a desembarcar e, que batizou de *Falkland*⁴⁰ o estreito que separa as duas principais ilhas, foi o britânico John Strong em 1690. Navegadores franceses passaram a frequentar o arquipélago no século XVIII originários do porto de Saint Malo. Daí surgiu o nome em francês *Îles Malouines* do qual deriva o topônimo em português “Malvinas”. Inicialmente domínio francês, a Espanha comprou as ilhas em 1767. A Argentina⁴¹ proclamou a soberania sobre as ilhas em 1820, após a independência. Todavia, os britânicos ocuparam o território, expulsando os argentinos em 1833 (Argentina, 2016).

A posição estratégica das ilhas, que serviam como ponto de apoio para os Navios que desejavam transitar no *choke point* Drake-Magalhães, entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, em uma época pré-Canal do Panamá e de hegemonia da Grã-Bretanha, fez com que os britânicos transformassem o arquipélago em colônia, apesar dos protestos argentinos. Os britânicos povoaram as ilhas com colonos, conhecidos como *kelpers* (Malvinas, 2016). O status britânico do arquipélago prossegue sem mudanças até o início da década de 1980, na qual tanto a Grã-Bretanha, que tinha

³⁹ As Ilhas Malvinas são compostas de duas grandes ilhas, Malvina Oriental e Ocidental, além de 200 ilhas menores (Malvinas [...], 2016b).

⁴⁰ Termo que gerou o nome do arquipélago *Falklands Islands* na língua inglesa (Malvinas [...], 2016b).

⁴¹ Entre a independência, em 1816, e o estabelecimento da Confederação Argentina, em 1853, a Argentina era conhecida como Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina, 2016).

Margaret Thatcher como chefe de governo, quanto a Argentina, governada por uma junta militar, estavam em crise.

A Grã-Bretanha passou por um período de redução de gastos públicos no qual a *Royal Navy* sofreria redução na quantidade de meios e capacidades, bem como se ponderou compartilhar a soberania das Ilhas Malvinas com a Argentina, apesar dos protestos dos *kelpers* (Vidigal; Almeida, 2009).

O governo argentino, que enfrentava protestos populares, seja pela crise econômica, seja contra a junta militar governante, necessitava de um evento diversionário que pudesse gerar união nacional. Essa necessidade, associada com a teoria argentina na qual a Grã-Bretanha jamais empreenderia uma eventual retomada do arquipélago face aos elevados custos envolvidos, fez com que fosse concebida a ocupação das Ilhas Malvinas e Geórgia do Sul, conhecida como Operação *Rosário*, deflagrada em 2 de abril de 1982, iniciando a Guerra das Malvinas (Malvinas, 2016).

3.2 O CONTEXTO DA GRÃ-BRETANHA

Antes de 1982, a Grã-Bretanha experimentou um difícil processo de perda de importância no Sistema Internacional. Os dois maiores símbolos desse fato foram a independência da Índia em 1947 (Índia, 2016) e a retirada forçada de suas tropas durante a crise do Canal de Suez em 1956⁴².

Com o contexto supracitado, aliado ao segundo choque do petróleo, a Grã-Bretanha chega em 1979 em meio a uma crise econômica. Nesse ínterim, uma Primeira-Ministra toma posse de forma inédita na história bretã: a conservadora Margaret Thatcher (Thatcher [...], 2016). De postura pragmática (Rodrigues-Lima, 2024; The Crown, 2016), ela adotou políticas de privatização de empresas estatais, de confronto aberto com a União Soviética e de austeridade fiscal (Thatcher [...], 2016). Tais medidas provocaram uma polarização dos britânicos e, em alguns momentos, rugas com aliados do Partido Conservador.

⁴² O Canal de Suez era gerido por um consórcio franco-britânico. O presidente egípcio Gamal Abdel Nasser nacionalizou o Canal em 1956. Consequentemente, tropas francesas, britânicas e israelenses invadiram a área do Canal (Lopes, 2007), mas foram obrigadas a se retirar sob ameaças de sanções norte-americanas no âmbito da Guerra Fria.

Uma das medidas de austeridade adotadas foi a redução dos gastos com defesa. Em observância ao Livro Branco de Defesa de 1981, a *Royal Navy* deveria buscar somente a capacidade de Guerra Antissubmarino e apoiar-se nas capacidades suplementares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), especialmente as oferecidas pelos americanos. Com isso, os Porta-Aviões e Navios de Transporte de Tropas seriam destinados a serem vendidos para outros Estados ou se tornariam sucata. Os *kelpers* enfrentaram também apreensões: redução do esforço militar de defesa do arquipélago (Vidigal; Almeida, 2009), bem como o *British Nationality Act*⁴³ que limitava a cidadania britânica dos descendentes dos habitantes das Ilhas Malvinas (Reino Unido, 1981).

Tais polêmicas internas enfraqueciam a posição de Margaret Thatcher em 1982 e ameaçavam uma eventual vitória na eleição que ocorreria em 1983. Uma derrota militar poderia causar sua saída de *Downing Street*⁴⁴.

3.3 O CONTEXTO DA ARGENTINA

A história argentina foi conturbada desde a década de 1950, com diversos golpes militares trazendo instabilidade ao Estado portenho. Em 1981, o General Leopoldo Fortunato Galtieri assume a presidência em meio a um cenário caótico: a Argentina não possuía crédito nem internamente, nem no Sistema Internacional em virtude da economia fora de controle e as denúncias de repressão e violações dos direitos humanos (Argentina, 2016).

Ao avaliar a conjuntura mundial, em especial a situação econômica britânica, os governantes concluíram que caso a Argentina fincasse novamente sua bandeira nas Ilhas Malvinas, era improvável que a Grã-Bretanha empreendesse uma campanha transcontinental para uma retomada. O governo argentino estava disposto a utilizar a reconquista do arquipélago como elemento de união nacional (Vidigal; Almeida, 2009).

⁴³ Ato de Nacionalidade Britânica. Tradução nossa.

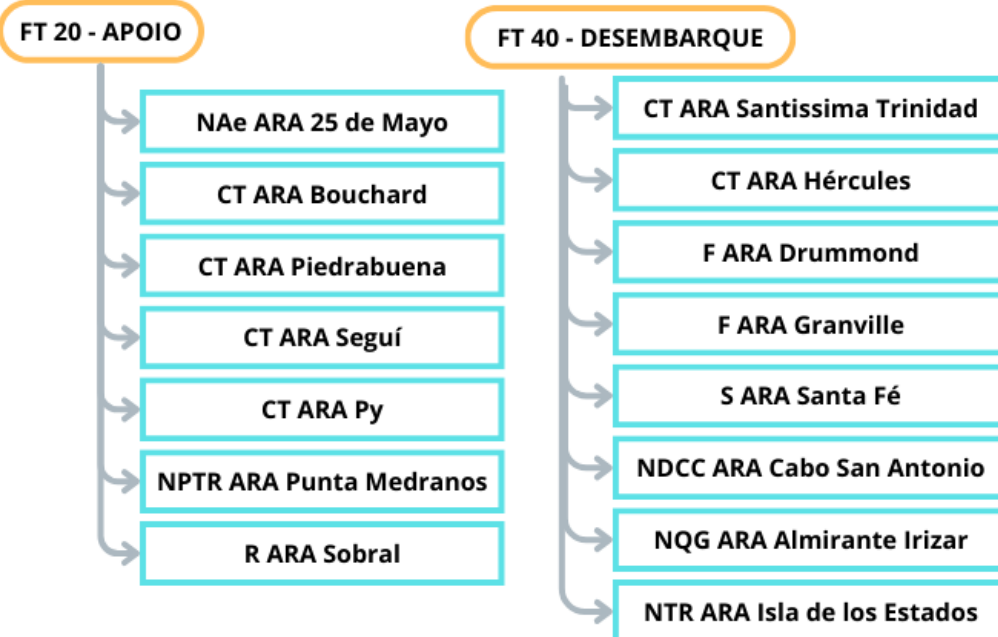
⁴⁴ A residência/escritório oficial do Primeiro-Ministro britânico é situado na Downing Street, 10 em Londres, na Grã-Bretanha (Reino Unido, 2024).

Após um incidente na Ilha Geórgia do Sul⁴⁵, a Grã-Bretanha enviou o *HMS Endurance* para o local do ocorrido com 22 Fuzileiros Navais, deixando o arquipélago malvino sem nenhum meio Naval para defesa. Em resposta aos britânicos, e com as Malvinas totalmente desprotegidas, a Argentina deflagrou a Operação *Rosário* em 28 de março de 1982 (Vidigal; Almeida, 2009).

3.4 COMPARAÇÃO: OPERAÇÃO ROSÁRIO VERSUS OPERAÇÃO CORPORATE

A Argentina estruturou a Operação *Rosário* em duas Forças-Tarefa, conforme a figura 3:

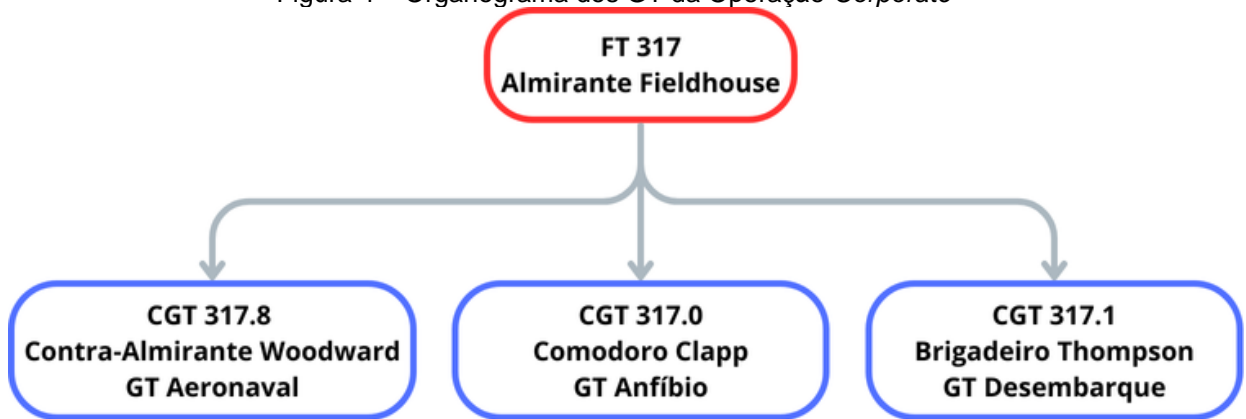
Figura 3 – Organograma da Operação *Rosário*



Fonte: O Autor.

A cadeia de comando da Operação *Corporate* britânica (figura 4) foi a seguinte:

⁴⁵ Uma empresa argentina de sucata comprou uma instalação na ilha Georgia do Sul. Os trabalhadores argentinos transportados para lá hastearam a bandeira argentina ao som do hino nacional, gerando protesto diplomático britânico (Vidigal; Almeida, 2009).

Figura 4 – Organograma dos GT da Operação *Corporate*

Fonte: Till, 2018, p. 194.

Os meios navais empregados nessa Operação (figura 5) foram:

Figura 5 – Meios navais empregados na Operação *Corporate*

Fonte: O Autor.

Além dos meios navais acima, a Grã-Bretanha mobilizou 39 Navios Mercantes para transporte de tropas e equipamentos e 21 Navios Petroleiros para a campanha (Hastings; Jenkins, 1983).

Ressalta-se que, além da superioridade numérica britânica, os Navios argentinos eram tecnologicamente defasados, por serem, na maioria, meios obtidos usados por Estados euramericanos como o próprio *ARA 25 de Mayo* que curiosamente foi o Porta-Aviões britânico *HMS Venerable* (Ara [...], 2017).

3.5 UM CONFLITO E UMA ZONA DE EXCLUSÃO

As Forças-Tarefa (FT) argentinas suspenderam dia 28 de março de 1982 de Porto Belgrano sem alarde. Após ter o desembarque postergado pela meteorologia desfavorável, a FT 40 iniciou o assalto anfíbio na noite do dia 1º de abril.

Rex Hunt, governador do arquipélago, dispunha de 67 Fuzileiros Navais. Apesar de criarem obstáculos ao avanço argentino, essa tropa não foi páreo para a superioridade numérica argentina. O governador e a tropa se renderam no final da manhã do dia 2 de abril. Foram estabelecidas bases aéreas nas ilhas e a ocupação foi consolidada rapidamente (Vidigal; Almeida, 2009). No dia 3 de abril, os argentinos demandaram para a Ilha Geórgia do Sul. Houve resistência por parte dos militares britânicos e a presença do *HMS Endurance*. Apesar de algumas baixas de pessoal e material, a Argentina conquistou a ilha, os fuzileiros britânicos renderam-se e o *HMS Endurance* se evadiu (Vidigal; Almeida, 2009).

Após a notícia da ocupação, Margaret Thatcher tomou duas ações: no campo diplomático, conseguiu obter do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) a Resolução 502, na qual demandou a cessação das hostilidades, a desocupação argentina das ilhas e que ambas as partes encontrassem uma solução diplomática para a contenda (United Nations, 1982). No campo militar, foi deflagrada a Operação *Corporate* que tinha o fito de retomar o arquipélago perdido (Vidigal; Almeida, 2009).

A Argentina, por sua vez, esperava o veto da União Soviética à Resolução 502 no Conselho de Segurança da ONU, o que não ocorreu. Após isso, a Argentina ainda esperava uma intervenção norte-americana favorável com base no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)⁴⁶, porém a única imposição dos EUA aos britânicos foi que o território continental argentino não sofresse nenhum tipo de ataque (Vidigal; Almeida, 2009).

Estrategicamente, a Grã-Bretanha tinha quatro objetivos no conflito (Harper, 1994):

- a) impor uma Zona de Exclusão de 200 MN utilizando Submarinos;

⁴⁶ O TIAR, em seu artigo 3º, prevê que uma agressão a um Estado Americano é considerada uma agressão a todos os Estados Americanos (Brasil, 1948).

- b) estabelecer superioridade aérea e marítima utilizando meios de superfície;
- c) retomar as ilhas com o desembarque de tropas; e
- d) conduzir campanha em terra e proteger as linhas de comunicação marítima.

Os Submarinos seriam empregados também nas tarefas b, c e d. Na tarefa b, os SSN apoiariam os meios de superfície a obter a superioridade marítima e nas tarefas c e d serviriam como alerta antecipado de eventuais ataques Aéreos (Harper, 1994).

O *Flag Officer Submarine*⁴⁷ inicialmente mobilizou para a região os SSN *HMS Spartan*, *Splendid* e *Conqueror*. Eles foram alocados inicialmente em Zonas de Patrulha da seguinte forma: *HMS Spartan* próximo a Port Stanley⁴⁸, *HMS Splendid* entre as Ilhas Malvinas e a costa argentina e o *HMS Conqueror* nas proximidades da Ilha Geórgia do Sul. Apesar do *HMS Spartan* ter detectado o *ARA Cabo San Antonio* aparentemente em operações de minagem, não era autorizado o ataque naquele momento (Harper, 1994).

No dia 5 de abril, os meios da FT 317 iniciam a travessia para as Ilhas Malvinas. Parte deles suspende de Portsmouth, outra parte sai de Gibraltar⁴⁹. A Ilha de Ascensão⁵⁰ foi escolhida como base da FT (Hastings; Jenkins, 1983).

Em 12 de abril, com o *HMS Spartan* próximo ao arquipélago, (Hastings; Jenkins, 1983) a Grã-Bretanha estabeleceu uma Zona de Exclusão Total (ZET) de 200 MN de raio (370 km) centrado nas ilhas esquematizado na figura 6 abaixo:

⁴⁷ Comando da Força de Submarinos da Grã-Bretanha.

⁴⁸ Capital das Ilhas Malvinas.

⁴⁹ Enclave britânico situado no território da Espanha localizado no *choke point* homônimo (Gilbratar, 2016).

⁵⁰ Ilha britânica localizada no Oceano Atlântico Sul (Ascensão, 2016) localizada a cerca de 6.000 km das Ilhas Malvinas (Lobato, 2021).

Figura 6 – Zona de Exclusão Total estabelecida em torno das Ilhas Malvinas

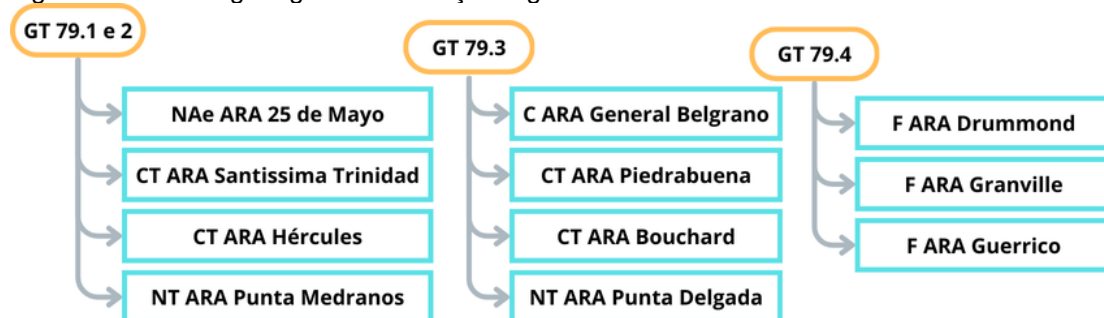


Fonte: Lissardy, 2022.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-c6e58f78-a386-4fca-864b-7a1a13a3d008>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Após o sucesso da Operação *Rosário*, a Argentina reorganizou suas Forças em 15 de abril para a estrutura apresentada na figura 7:

Figura 7 – Novo organograma das forças argentinas



Fonte: O Autor.

Inicialmente, as forças britânicas objetivavam retomar da Ilha Geórgia do Sul, o que ocorreu em 23 de abril (Woodward, 1992). Nesse ínterim, a FT britânica detectou o SSK argentino *ARA Santa Fé* na superfície. O Submarino portenho foi afundado pela aviação bretã (Vidigal; Almeida, 2009).

Após os eventos na Ilha Geórgia do Sul, a FT demandou as Ilhas Malvinas visando ocupar o interior da ZET, se estabelecendo no dia 1º de maio na região (Woodward, 1992).

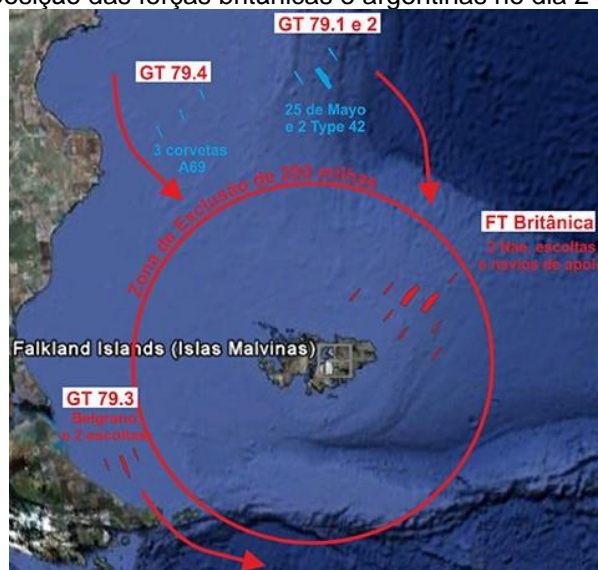
Com a chegada da FT aeronaval na Zona de Exclusão, o *Flag Officer Submarine* estabeleceu nova divisão das Zonas de Patrulha. O Teatro de Operações foi dividido em quatro quadrantes, nos quais o *HMS Spartan* patrulhou o quadrante noroeste, o *HMS Splendid*, o Nordeste enquanto o *HMS Conqueror* ficou responsável por patrulhar os quadrantes sudeste e sudoeste (Harper, 1994).

A Regra de Engajamento autorizava atacar qualquer meio adversário que estivesse dentro da ZET. Por conseguinte, não era permitido atacar meios oponentes fora do raio de 200 MN das Ilhas Malvinas (Woodward, 1992). Mas, e se um meio argentino fosse detectado fora da ZET?

3.6 O PROTAGONISMO DO *FLAG OFFICER SUBMARINE* E *HMS CONQUEROR*

Ao montar o seu quadro tático no dia 2 de maio, o Contra-Almirante Sandy Woodward se deparou com a seguinte disposição das forças:

Figura 8 – Disposição das forças britânicas e argentinas no dia 2 de maio de 1982



Fonte: Galante, 2013.

Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2013/05/02/31-anos-do-afundamento-do-cruzador-argentino-general-belgrano/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

Em seu livro *One Hundred Days*, Woodward demonstrou grande preocupação com a possibilidade de forças argentinas estarem ensaiando um movimento de “pinça” contra os britânicos, especialmente porque não era permitido pelas Regras de

Engajamento em vigor atacar fora da ZET. Ele determinou que seus meios estivessem prontos para um ataque Aéreo oriundo do *ARA 25 de Mayo* (Woodward, 1992).

Woodward, submarinista, verificou que o SSN *HMS Conqueror* detectou próximo da Ilha dos Estados os meios do Grupo-Tarefa (GT) 79.3, que tinha o *ARA General Belgrano* como meio principal e os mantinha em acompanhamento. Esse fato lhe gerava duas preocupações: a primeira, o GT 79.3 poderia facilmente investir contra a ZET. A segunda era um acidente geográfico: Banco Burdwood⁵¹. Caso esse GT resolvesse demandar para as Ilhas Malvinas cruzando o Banco Burdwood, o *HMS Conqueror* não teria como manter o acompanhamento. A conclusão de Woodward foi: “Não posso deixar aquele cruzador ficar onde está, independentemente de seu curso ou velocidade atual. Se ele está dentro ou fora da ZET, é irrelevante. Ele terá que ser engajado”⁵² (Woodward, 1992, p. 152, tradução nossa).

Apesar dos SSN britânicos estarem próximos da FT britânica, quem os controlava era o *Flag Officer Submarine* em Northwood⁵³, o que gerou críticas por parte de Woodward (1992), por entender que “no caso de ser necessário lidar com circunstâncias de mudança repentina, isso poderia requerer uma ação muito rápida”⁵⁴ (Harper, 1994, p. 6, tradução nossa)⁵⁵.

Contra o tempo e um processo decisório mais lento do que ele desejava, Woodward solicitou uma mudança nas Regras de Engajamento, na qual era possível atacar meios oponentes, mesmo que eles estejam fora da ZET às 07h45⁵⁶ do dia 2 de maio. Apesar de não conseguir obter o controle tático⁵⁷ dos SSN, Woodward foi

⁵¹ Chamado de Banco Namuncurá pelos argentinos. Cadeia de montanhas submarina de 370 km de extensão com profundidades entre 50 e 200 m (Maturana, 2012). Tal tipo de formação é perigosa para a navegação de um Submarino mergulhado. A localização do referido banco consta da Figura 9.

⁵² Texto original: “*I cannot let that cruiser even stay where she is, regardless of her present course or speed. Whether she is inside or outside the TEZ is irrelevant. She will have to go*”.

⁵³ Distrito da cidade de Londres, na Grã-Bretanha.

⁵⁴ Texto original: “*in case it became necessary to deal with a quickly changing set of circumstances that would require very early action*”.

⁵⁵ No Brasil e nas principais Marinhas do mundo, os Submarinos recebem ordens e se reportam a Autoridade de Acompanhamento Submarino, sediada em terra. Por vezes, isso gera choques de Comando e Controle entre os Comandos da Força de Submarinos e os Comandos de Força no mar (Woodward, 1992).

⁵⁶ O Horário oficial da Grã-Bretanha, bem como a base para o cálculo da hora no mundo, é o Horário de Greenwich, também conhecido como GMT (*Greenwich Mean Time*). O horário GMT é o adotado na sequência cronológica acima (Greenwich [...], 2016).

⁵⁷ Consoante a “Doutrina de Operações Conjuntas” do Ministério da Defesa, “o controle tático é a autoridade exercida por um Comandante na direção e controle dos movimentos e manobras de

atendido prontamente na mudança da Regra de Engajamento. Às 13h30, foi expedida a mensagem autorizando atacar meios argentinos fora da ZET. O *HMS Conqueror*, com problemas de comunicação, somente recebeu a mensagem do *Flag Officer Submarine* às 17h30. Era possível atacar o *ARA General Belgrano* (Woodward, 1992).

O Comandante do *HMS Conqueror*, Christopher Wredford-Brown, tinha que escolher entre dois armamentos para efetuar o ataque: o torpedo de corrida reta *Mark 8*, da Segunda Guerra Mundial, ou o torpedo guiado a fio *Tigerfish*, mais moderno. O *Mark 8* não possuía nenhum sistema de detecção e guiagem, logo, para aumentar a probabilidade de acerto, eram disparadas salvas de três ou mais torpedos a uma distância máxima de 2.000 jd. O *Tigerfish*, apesar ser tecnologicamente mais avançado, não era considerado um torpedo confiável para emprego. A escolha de Wredford-Brown foi pelo torpedo *Mark 8* (Woodward, 1992).

A manobra final para o ataque se iniciou às 18h30. O objetivo era aproximar-se a 2.000 jd do *ARA General Belgrano* para lançar os torpedos. Às 18h57, o Comandante retornou à Cota Periscópica⁵⁸ e içou o Periscópio para uma última observação do *ARA General Belgrano*. Ele disseminou a marcação, a distância e fez um comentário: “Três-três-cinco ... Mil trezentos e oitenta jardas [...] Droga. Perto demais”⁵⁹ (Woodward, 1992, p. 160, tradução nossa). Uma nova aproximação talvez não fosse possível. Era a hora de atacar. Alguns segundos depois, Wredford-Brown ordenou “Fogo”⁶⁰ (Woodward, 1992, p. 160, tradução nossa).

Alguns segundos depois, o operador sonar reportou uma explosão seguida de outra (Woodward, 1992). O *ARA General Belgrano*, sobrevivente do ataque japonês a Pearl Harbor⁶¹, encontrava seu destino. A localização do afundamento é apresentada na figura 9 descrita abaixo:

forças adjudicadas, necessárias para a execução da missão ou tarefa atribuída, na área de operações. Não inclui a autoridade nos assuntos de administração, organização interna, instrução e adestramento das suas unidades” (Brasil, 2020b, v. 1, p. 162).

⁵⁸ Profundidade na qual é possível que o Submarino empregue o Periscópio para visualizar o exterior. Abaixo dessa cota, somente é possível efetuar detecção sonar (Marinheiros [...], 2023).

⁵⁹ Texto original: “*Three-three-five ... Thirteen-eighty yards [...] Damn. Too close*”.

⁶⁰ Expressão original: “*Shoo!*”.

⁶¹ O *ARA General Belgrano*, originalmente *USS Phoenix*, era um Navio da década de 1930 que participou da Segunda Guerra Mundial no Teatro do Oceano Pacífico. Ele foi vendido à Argentina em 1951 (Woodward, 1992).

Figura 9 – Afundamento do *Cruzador Belgrano*



Fonte: Malvinas [...], 2024.

Apesar do ataque bem-sucedido, Wredford-Brown e sua tripulação não poderiam comemorar. Era necessário se evadir do local, pois os Navios argentinos restantes do GT 79.3 iniciaram o lançamento de bombas de profundidade a fim de atingir o *HMS Conqueror* (Woodward, 1992).

Enquanto isso, os sobreviventes do *ARA General Belgrano* abandonaram o Navio em chamas e aguardaram o resgate pelos outros meios argentinos do GT. Alguns pereceram face ao frio daquela noite (Woodward, 1992). 323 dos 1093 tripulantes foram perdidos (Vidigal; Almeida, 2009).

Às 22h45, Woodward (1992) recebeu a informação que o *ARA General Belgrano* fora afundado.

A reflexão do livro “Guerra no Mar” sobre o SSN é contundente sobre a importância histórica do ataque do *HMS Conqueror*.

O submarino nuclear mostrou toda a sua capacidade como instrumento de guerra, não só pelas baixas que causou — o CL Belgrano — mas também por tirar do campo de batalha a força naval argentina, convencida de não ter meios para se lhe opor. Os planejadores navais não podem perder de vista a importância dessa poderosa arma de guerra que, simultaneamente, tem imensa capacidade dissuasória. (Vidigal; Almeida, 2009, p. 526)

A Argentina, avaliando que “toda saída conduz, praticamente de forma incontestável, à destruição, sem vantagem alguma” (Coutau-Bégarie, 2010, p. 461), recolheu os sobreviventes do *ARA General Belgrano* e determinou o regresso ao porto

de todos os seus meios Navais, utilizando o princípio da Esquadra em Potência⁶² (Coutau-Bégarie, 2010). Eles não mais seriam empregados até o fim da Guerra.

3.7 APESAR DOS PERCALÇOS, A GRÃ-BRETANHA ERA GRANDE OUTRA VEZ

Com o controle dos mares, era previsível que a Grã-Bretanha reocuparia as Ilhas Malvinas. No entanto, a aviação argentina impôs reverses significativos, como o afundamento do *HMS Sheffield*⁶³ e o desembarque trágico em Fitzroy⁶⁴, destacando falhas de material (Vidigal; Almeida, 2009) e erros de procedimento (Woodward, 1992).

Entretanto, esses problemas não impediram que no dia 14 de junho, os britânicos reconquistassem Port Stanley, finalizando o conflito (Vidigal; Almeida, 2009).

Economicamente, a Guerra custou caro aos cofres públicos da Grã-Bretanha: US\$ 5,03 bilhões⁶⁵ (US\$ 12 bilhões em valores atuais)⁶⁶ (Jenkins, 2022). Contudo, os efeitos políticos foram compensadores: enquanto Margaret Thatcher foi reconduzida ao cargo de Primeira-Ministra em 1983 na Grã-Bretanha (Thatcher [...], 2016), o General Galtieri renunciou à Presidência argentina (Malvinas, 2016).

3.8 CONCLUSÕES PARCIAIS

⁶² Pelo viés da teoria de Phillip Colomb, idealizador do conceito de “Esquadra em Potência” (Colomb, 1891), Coutau-Bégarie (2010, p. 461) considera que “partindo do princípio que uma esquadra inativa vale mais do que uma esquadra afundada, uma vez que tão somente sua presença se constitui em uma ameaça para o partido dominante”.

⁶³ Navio britânico atingido por míssil lançado por aeronaves argentinas causando a morte de 20 militares. O meio acabou afundando na tentativa de rebocá-lo para a Ilha Geórgia do Sul (Vidigal; Almeida, 2009).

⁶⁴ Os *RFA Sir Tristan* e *Sir Galahad* foram atacados pela aviação argentina enquanto faziam desembarque de tropas. Ambos Navios não estavam escoltados. Cinquenta e dois militares britânicos foram mortos (Vidigal; Almeida, 2009).

⁶⁵ O valor de £ 2,8 bilhões foi convertido em dólares americanos utilizando a cotação do dia 30 de abril de 1982, na qual £ 1 equivale a US\$ 1,797 (British [...], 2024).

⁶⁶ O valor de £ 9,5 bilhões foi convertido em dólares americanos utilizando a cotação do dia 22 de junho de 2024, na qual £ 1 equivale a US\$ 1,27 (GBP [...], 2024).

Apesar da vitória, a Grã-Bretanha obteve a prova cabal de que não se pode negligenciar a defesa de posições estratégicas. Certamente, se a Grã-Bretanha possuísse um sistema de defesa plausível em tempo de paz, a Argentina seria dissuadida de efetuar qualquer ventura nas Ilhas Malvinas.

A Argentina, ao idealizar a Operação *Rosário*, ignorou que Margaret Thatcher e seu governo estavam fragilizados e batalhariam custe o que custasse pela posse das Ilhas Malvinas para se manter no poder político britânico.

Apesar do *choke point* Drake-Magalhães ter perdido relevância após a inauguração Canal do Panamá em 1914, existem três fatores que pesam a favor do contorno austral das Américas: primeiramente, a limitação de tamanho dos Navios para atravessar o canal centro-americano⁶⁷; em segundo lugar, as escaramuças no Estreito de *Bab el Mandeb*⁶⁸ lembraram os grandes armadores que, mesmo após o fim da Guerra Fria, conflitos ainda conseguem inviabilizar o acesso a *choke points* e, por fim, um eventual bloqueio por acidente análogo ao do *Ever Given* citado no capítulo 2. Portanto, a posição das Ilhas Malvinas, em conjunto com a Ilha Geórgia do Sul, é ainda algo relevante para Grã-Bretanha no Sistema Internacional.

As forças argentinas não estavam preparadas nem para empregar o Submarino para Negar o Uso do Mar, nem para empregar táticas antissubmarinas para defender seus meios Navais. O único SSK argentino disponível, *ARA Santa Fé*, acabou sendo afundado na superfície na Ilha Geórgia do Sul. Medidas como navegar na área do Banco Burdwood ou os Navios que escoltavam o *ARA General Belgrano* terem os sonares em operação, tornariam o ataque do *HMS Conqueror* mais complicado e arriscado.

A visão de Woodward de que somente engajar meios adversários dentro da ZET poderia levar a um temido ataque argentino fez com que ele buscasse nos SSN e na modificação da Regra de Engajamento uma vantagem concreta aos britânicos. O primeiro ataque bem-sucedido do qual se tem notícia de um SSN demonstrou a capacidade do Submarino de propulsão nuclear de ser decisivo em um conflito.

⁶⁷ Para atravessar o Canal do Panamá com segurança, um Navio deverá possuir no máximo: 32,3 m de largura (Guitarrara, [2024]), 370,33 m de comprimento e calado de 15,24 m (Canal [...], 2021).

⁶⁸ Grupos insurgentes iemenitas financiados pelo Irã, conhecidos como *Houthis*, estão lançando mísseis contra o tráfego mercante no Estreito de *Bab el Mandeb* (Yemen's [...], 2024).

Apesar do vultoso custo para a Grã-Bretanha, o bônus político da reeleição de Thatcher, associado à queda de Galtieri na Argentina, fez tal dispêndio valer à pena.

Como último tópico deste capítulo, uma lição obtida da Guerra das Malvinas é a necessidade contínua do Estado possuir Forças Armadas bem equipadas e adestradas para enfrentar ameaças ao seu território. A dependência exclusiva de alianças multinacionais ou fontes externas, como a Grã-Bretanha desejava da OTAN antes do conflito, pode ser fatal em momentos de urgência.

4 CONFRONTO ENTRE TEORIA E REALIDADE

Neste capítulo, serão enumeradas as semelhanças, as diferenças e os critérios de comparação entre a estratégia A2/AD e o emprego do SSN *HMS Conqueror* pelo *Flag Officer Submarine* durante a Guerra das Malvinas, finalizado por uma análise crítica.

4.1 AS SEMELHANÇAS

No viés de Hashtings e Jenkins sobre a Guerra das Malvinas:

A tarefa de negação do uso do mar foi conduzida fora de uma zona de exclusão estabelecida pelo próprio governo britânico no entorno das ilhas, sendo sua legitimidade, por esta razão, contestada, no campo diplomático, pelo governo argentino. Entretanto, do ponto de vista militar, foi eficaz no propósito obtido de afastar as principais forças navais argentinas do conflito (1983, p. 46 *apud* Mello, 2016).

O uso do SSN como meio para Negar o Mar ao adversário foi eficaz e decisivo para os britânicos poderem buscar a retomada do arquipélago ocupado por tropas argentinas. Essa negação à Argentina fez parte de um sistema no qual o objetivo britânico era efetuar uma operação anfíbia para retomar as Ilhas Malvinas. Iniciaremos a análise das semelhanças compreendendo o que é necessário para uma operação anfíbia. Dentro dos dois princípios de Tangredi (2013) enumerados no subcapítulo 2.2, o *HMS Conqueror* exerceu a superioridade estratégica bretã no domínio marítimo. Além disso, a alteração das Regras de Engajamento causou um evento externo que alterou os rumos do conflito, acrescentando um princípio que aproxima o emprego do SSN dos conceitos de A2/AD.

Segundo o “Manual de Operações Anfíbias” do Ministério da Defesa, uma FT Anfíbia deve obter e manter superioridade Aérea e Naval em uma determinada Área de Objetivo Anfíbio (AOA) para poder executar uma Operação Anfíbia (Brasil, 2020c). Verificaremos se a FT de Woodward cumpriu isso.

Em termos de superioridade Naval, a criação da ZET e o uso do controle da área marítima efetuado pelos diversos meios da FT de Woodward bloquearam o acesso no perímetro de 200 MN das Ilhas Malvinas, bem como a presença de SSN

em patrulha faria com que qualquer meio argentino que insistisse em acessar fosse engajado inadvertidamente. A maior prova disso é não haver nenhum registro de presença de meios Navais argentinos após o estabelecimento da Zona de Exclusão. Logo, como um ponto de semelhança entre teoria e realidade, a Grã-Bretanha possuía uma superioridade Naval, na qual o SSN era um dos atores, trazendo proximidade com as características da Estratégia A2/AD.

A questão da superioridade Aérea será abordada na próxima seção secundária.

4.2 AS DIFERENÇAS

Em termos de superioridade Aérea, a Grã-Bretanha encontrou imensa dificuldade para se impor. Os dois exemplos mais marcantes já citados foram o afundamento do *HMS Sheffield* e o desembarque de tropas em Fitzroy. Em ambos os casos, os bretões foram engajados pela aviação argentina. O que permitiu o desembarque de tropas e a reconquista das ilhas foi a limitação geográfica das Aeronaves argentinas que operavam do continente e chegavam no arquipélago no limite de sua autonomia, o que normalmente lhes permitiam apenas uma rápida janela de ataque antes de retornar à base (Vidigal; Almeida, 2009). Portanto, o primeiro ponto de distanciamento de teoria e realidade é o fato da superioridade Aérea britânica ter sido contestada em diversos momentos pelos argentinos, impedindo a Grã-Bretanha de estabelecer algo condizente com a Estratégia A2/AD.

Para continuidade das diferenças, pela ótica de Mello:

[...] o Reino Unido não poderia manter, em tempo de paz, por período de tempo prolongado, forças navais numerosas assegurando o controle das áreas marítimas no entorno do arquipélago, ainda que para dissuadir um ataque às ilhas. (Mello, 2016, p. 47)

A Estratégia A2/AD é algo que se desenvolve a partir do período de paz para ser aplicado em um momento de conflito. Conforme descrito no Referencial Teórico, a China vem estruturando a defesa de seu litoral na teoria A2/AD para que em eventual crise ou conflito ela tenha meios para defender a integridade de seu território (Taulois, 2016).

No caso em lide, por ocasião da redução de investimentos em defesa na Grã-Bretanha, somente havia um meio da *Royal Navy* para atender as Ilhas Malvinas e um grupo de Fuzileiros à disposição do Governador do arquipélago (Vidigal; Almeida, 2009). Diante da dificuldade supracitada por Mello de manter forças permanentemente para defender as ilhas, não havia uma genuína preocupação britânica de que era necessário estabelecer ao menos um sistema de vigilância e monitoramento que pudesse antever qualquer movimento julgado ameaçador (Mello, 2016).

Para uma estrutura A2/AD que seja crível e eficaz, são necessárias múltiplas camadas. Antes dos meios oponentes saírem de suas bases, já existe o monitoramento e a capacidade cibernética em ação. À medida que um agressor se aproxime do núcleo do local a ser defendido, maior será o poder de combate contrário. As ações deverão iniciar o mais distante possível do local a ser defendido (Taulois, 2016). A Grã-Bretanha estabeleceu simplesmente uma ZET de 200 MN conforme a figura 6. E, em uma simples divisão em três camadas sugerida por Mello na figura 1, o SSN teria atuação na camada externa e na intermediária. Então, vislumbra-se um segundo ponto de diferenciação entre teoria e realidade. Não existiam mecanismos britânicos para impedir o acesso argentino desde a saída de seus meios de suas bases, até porque os EUA vedaram ações na Argentina metropolitana, face ao cumprimento do TIAR. Não havia outra camada de defesa na qual pudesse ser estabelecida o emprego do SSN para praticar o Antiacesso. Não havia gradação de poder combatente à medida que a Força Naval argentina eventualmente se aproximasse.

Um terceiro fator que distancia a teoria da realidade foi onde o *ARA General Belgrano* foi engajado pelo *HMS Conqueror*. Não era permitido engajar fora da ZET. Foi necessária uma autorização do nível político para tal ato poder ser executado. Em uma estrutura A2/AD consolidada, como há uma gradação de poder de combate no compasso que um invasor se aproxima da ilha, as Regras de Engajamento poderiam contemplar um ataque à força oponente de forma mais ágil.

4.3 CRITÉRIOS DE COMPARAÇÃO

A fim de estabelecer o confronto em epígrafe, serão relacionadas questões que embasarão a resposta à pergunta de pesquisa estabelecida na Introdução deste trabalho.

A primeira questão é se havia uma estrutura de defesa composta análoga a uma Estrutura A2/AD desde os tempos de paz nas Ilhas Malvinas.

A segunda questão é se o SSN promoveu o Antiacesso e a Negação de Área no caso da Guerra das Malvinas.

A terceira questão é se a Grã-Bretanha utilizou a defesa em camadas no conflito em tela.

4.3.1 Primeira Questão

Existia uma estrutura de defesa composta análoga a uma Estrutura A2/AD desde os tempos de paz nas Ilhas Malvinas?

Não. Existia dispositivo de defesa, porém abaixo do necessário para defender o arquipélago e sem nenhuma similaridade a Estrutura A2/AD. Não existiam recursos de monitoramento para verificar movimentos anormais.

A Grã-Bretanha possuía somente o *HMS Endurance* para defender as Ilhas Malvinas e a Ilha Geórgia do Sul e um grupo de Fuzileiros Navais em terra. Ressalta-se que não existe registro histórico conhecido se antes do conflito das Malvinas havia um SSN patrulhando o arquipélago.

4.3.2 Segunda Questão

O SSN promoveu o Antiacesso e a Negação de Área no caso da Guerra das Malvinas?

Negação de Área: Sim. Antiacesso: em parte. Os SSN *HMS Spartan*, *Splendid* e *Conqueror*, junto dos outros meios da FT de Woodward impediram o acesso de meios Navais argentinos a ZET e estavam prontos a Negar o Uso do Mar na Zona de

Exclusão. Todavia, os argentinos continuavam com seus meios Navais rodeando a Zona de Exclusão conforme a Figura 8, tornando o Antiacesso parcialmente efetivo.

Cabe ressaltar que tal postura foi feita por ocasião da invasão das Ilhas Malvinas. Jamais ela foi testada nos tempos de paz. A prova disso foi que o *Flag Officer Submarine* necessitou reposicionar os Submarinos durante o transcórre do conflito a ponto de permitir que o *HMS Conqueror* saísse da Zona de Exclusão para acompanhar o GT do *ARA General Belgrano* até o momento que fosse permitido atacar.

4.3.3 Terceira Questão

A Grã-Bretanha utilizou a defesa em camadas na Guerra das Malvinas?

Não. Foi estabelecida somente uma ZET de 200 MN centrada nas Ilhas Malvinas. Não houve nenhum tipo de progressão de poder de combate à medida que qualquer meio agressor se aproximasse. A Regra de Engajamento era clara quanto a todos os meios britânicos atacar quando qualquer meio argentino adentrasse a ZET. O ataque do *HMS Conqueror* fora da ZET oriundo da mudança da Regra de Engajamento foi, na verdade, uma clara sinalização de que somente o estabelecimento da ZET não fora suficiente para repelir totalmente as forças argentinas, pois elas estavam circundando a Zona de Exclusão. Faltava algo, ou uma camada, a mais para repelir as forças portenhas. Daí surge a sugestão de mudança da Regra de Engajamento idealizada por Woodward visando obter a vantagem para si.

4.4 ANÁLISE CRÍTICA

Diante das semelhanças, diferenças e respostas supracitadas, conclui-se que o emprego do *HMS Conqueror* durante a campanha britânica na Guerra das Malvinas não possui aderência com a Teoria da Estratégia A2/AD pelo fato da Grã-Bretanha não ter uma estrutura minimamente satisfatória de Defesa de Ilhas Oceânicas à época, onde o emprego de um SSN seria parte atuante.

Apesar do ataque do SSN *HMS Conqueror* ter atingido o objetivo de Negar o Uso do Mar aos meios argentinos e ter decidido o rumo do conflito, deve-se ressaltar que a Estratégia A2/AD deve ser estabelecida antes de uma escaramuça e começar o mais distante possível do ponto a ser defendido, o que não ocorreu. Fazendo analogia a um famoso ditado popular no qual “depois da casa arrombada é que se coloca o cadeado na porta” (Cadeado [...], 2023), a Grã-Bretanha somente se preocupou em estabelecer um perímetro de defesa das Ilhas Malvinas após a ocupação argentina do arquipélago.

Em uma visão holística, os bretões simplesmente bloquearam o acesso marítimo para a Argentina, afugentaram o esforço Naval portenho com o inédito ataque de um SSN e tiveram uma janela precária de superioridade aérea para efetuar a reocupação das Ilhas Malvinas por meio de uma Operação Anfíbia.

Conforme citado por Mello neste capítulo, manter uma Força Naval permanente nas Ilhas Malvinas seria financeiramente caro demais para a Grã-Bretanha. Todavia, qual seria o preço político imposto aos bretões de perder o arquipélago no contexto da Guerra Fria?

5 CONCLUSÃO

A Grã-Bretanha quebrou um importante paradigma após a Guerra das Malvinas: a questão da posse de territórios ultramarinos.

A posse dessas localidades, considerada custosa ao erário bretão por ocasião do início do Governo Thatcher, hoje é vista como fator de força da Grã-Bretanha no cenário internacional. Para transitar pelos *choke points* de Gibraltar e Drake-Magalhães, por exemplo, é necessário passar próximo do território britânico de Gibraltar e pelas Ilhas Malvinas, respectivamente.

Sendo assim, apesar do alto custo financeiro, ter posições estratégicas é uma questão de poder no Sistema Internacional.

Embora a utilização do *HMS Conqueror* não esteja em consonância com a Estratégia A2/AD de Defesa de Ilhas Oceânicas, a utilização do SSN para Negar o uso do Mar pelo Inimigo foi crucial durante a Guerra das Malvinas. A história mostra a dificuldade da campanha britânica e quão perto da derrota eles estavam, apesar da superioridade de suas forças.

A mudança da Regra de Engajamento e o conseqüente afundamento do *ARA General Belgrano* foram soluções extremas e precárias para não perder a posse do Arquipélago. Entretanto, soluções provisórias não resolvem problemas permanentes.

A Estratégia A2/AD para Defesa de Ilhas Oceânicas é uma solução permanente factível e eficaz. Se a Grã-Bretanha possuísse tal estrutura nas Ilhas Malvinas, o incrível custo de material e de pessoal para o esforço de guerra não seria necessário em 1982. Tais estratégias, quando bem estruturadas, são benéficas ao Estado no ponto de vista econômico.

Assim, retoma-se a questão levantada na Introdução a este trabalho: para que o Brasil precisa de um Submarino nuclear?

A imensidão da Amazônia Azul com seus recursos conhecidos e os que futuramente serão descobertos certamente despertarão a cobiça de outros Estados que possuem suas riquezas em processo de escasseamento. A lição deixada pela Guerra das Malvinas alerta sobre a posse de meio sem uma estratégia adequada para emprego não ser o suficiente para atingir os propósitos políticos nacionais.

Destarte, o pensamento de como defender a Amazônia Azul não deve repousar somente em organizações como o CTDDCFN ou o CDDGN. Todos os níveis da Marinha do Brasil e das outras expressões nacionais brasileiras deverão agir de maneira sistemática e sinérgica a fim de contribuir para que o advento do primeiro SSN brasileiro seja o surgimento de um entre diversos instrumentos eficazes de preservação dos interesses brasileiros em um Sistema Internacional cada vez mais incerto.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

ACESSO. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/lexico/7e9651d5-9d2c-4253-82e7-08bbb448d54e>. Acesso em: 28 mar. 2024.

AGUINAGA, Iuri Celho; AMORIM, Thiago Borges de. **História militar: a logística aliada para a invasão no dia D**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciência Militares, com ênfase em Gestão Operacional) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/8617/1/ARTIGO%20AGN.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2024.

AMAZÔNIA Azul é marca registrada da Marinha. **Silva Filho Marcas e Patentes**, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <https://silvafilho.com.br/amazonia-azul-e-marca-registrada-da-marinha/>. Acesso em: 27 maio 2024.

ARA Veinticinco de Mayo (V-2): conventionally-powered aircraft carrier. **Military Factory**, [s. l.], 18 Apr. 2017. Disponível em: https://www.militaryfactory.com/ships/detail.php?ship_id=ARA-Veinticinco-de-Mayo-V2. Acesso em: 27 maio 2024.

ARGENTINA. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/pais/87e41742-c294-4d44-8cdf-34dae10fcb0e>. Acesso em: 24 mar. 2024.

ASCENSÃO. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/isla/8886c366-e9e2-4a54-8497-188ff4c1d5ed>. Acesso em: 28 maio 2024.

BARBOSA JUNIOR, Ilques. Oceanopolítica: conceitos fundamentais. In: BARBOSA JUNIOR, Ilques; MORE, Rodrigo Fernandes (org.). **Amazônia Azul: política, estratégia e direito para o oceano do Brasil**. Rio de Janeiro: FEMAR, 2012.

BRASIL. Decreto nº 25.660, de 13 de outubro de 1948. Manda executar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro, a 2 de setembro de 1947, por ocasião da Conferência Interamericana para a manutenção da paz e da segurança do Continente. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 15990, 8 nov.1948. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-25660-13-outubro-1948-322840-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Manda%20executar%20o%20Tratado%20Interamericano,e%20da%20seguran%C3%A7a%20do%20Continente>. Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/pais/83c3fac2-5c48-4fc1-ab90-e7ba661de7d6>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-301**: Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM). 1. ed. Brasília, DF: EMA, 2023.

BRASIL. Marinha. Instrução normativa nº 3/MB/MD, de 15 de dezembro de 2022. Estabelece o conceito para a expressão "Águas Jurisdicionais Brasileiras" perante a Marinha do Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 156, n. 236, p. 72, 16 dez. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-3/mb/md-de-15-dedezembro-de-2022-451152190>. Acesso em: 6 abr. 2024.

BRASIL. Marinha. Portaria nº 53, de 1º de fevereiro de 2012. Cria o Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 204, p. 16, 22 out. 2012. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=22/10/2012&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=140>. Acesso em: 07 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD30-M-01**: Doutrina de Operações Conjuntas. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020b. v. 1. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md30-m-01-vol-1-2a-edicao-2020-dou-178-de-15-set.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD33-M-14**: Manual de Operações Anfíbias. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020c. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/manual_de_operacoes_anfibia__md33_M_14__1a_edicao_2020_.pdf. Acesso em: 31 maio 2024.

BRITISH Pound / US Dollar Historical Reference Rates from Bank of England for 1982. **Pound Sterling Live**, Berkshire, 2024. Disponível em: <https://www.poundsterlinglive.com/bank-of-england-spot/historical-spot-exchange-rates/gbp/GBP-to-USD-1982>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CADEADO em porta arrombada. **Diário Popular**, Pelotas, 28 jun. 2023. Opinião. Disponível em: https://diariopopular.com.br/opiniao/cadeado_em_porta_arrombada__.525826. Acesso em: 8 jun. 2024.

CANAL de Suez: cargueiro é desencalhado, e circulação de navios é retomada. **BBC News Brasil**, Londres, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56569361>. Acesso em: 3 maio 2024.

CANAL do Panamá aumentou os limites máximos de comprimento e calado. **FNTTAA**, Rio de Janeiro, 17 jun. 2021. Disponível em: <https://fnttaa.org.br/aquaviarios-navegacoes/noticias-blog/canal-do-panama-aumentou-os-limites-maximos-de-comprimento-e-calado>. Acesso em: 30 maio 2024.

CARVALHO, Luiz Marcelo da França. **Sun Tzu e as operações de submarinos**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

CHINA. Ministry of National Defense. **China's National Defense in the new era**. Beijing: Ministry of National Defense, 2019. Disponível em: eng.mod.gov.cn/xb/Publications/WhitePapers/4846452.html. Acesso em: 2 abr. 2024.

CFN integra ensino, instrução e desenvolvimento doutrinário. **Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais**, Rio de Janeiro, maio 2024. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cgcfm/node/2330>. Acesso em: 1 jun. 2024.

CHOKE point. In: MERRIAM-Webster dictionary. Springfield: Merriam-Webster, 2024. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/choke%20point>. Acesso em: 27 abr. 2024.

COLOMB, Phillip Howard. **Naval warfare: its ruling principles and practice historically treated**. London: W. H. Allen, 1891. Disponível em: <https://archive.org/details/navalwarfareitsr00colo>. Acesso em: 3 maio 2024.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.

CRAVEIRO, Rodrigo. Bloqueio do canal de Suez dá prejuízo de US\$ 400 milhões por hora. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 27 mar. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2021/03/4914412-bloqueio-do-canal-de-suez-da-prejuizo-de-uss-400-milhoes-por-hora.html>. Acesso em: 3 maio 2024.

CRISTANTE, Alexandre Fogaça; KFURI, Maurício. **Como escrever um trabalho científico**. São Paulo: SBOT – Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, 2011.

DIESEL, Rudolf Karl. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/persona/5c722df8-b23a-4902-8dba-c8022b092be3>. Acesso em: 24 mar. 2024.

DISRUPÇÃO. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2023. Disponível em:
<https://dicionario.priberam.org/disrup%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 5 maio 2024.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Department of Defense. **Admiral Jonathan W. Greenert**: former chief of naval operations. Washington, DC: Department of Defense, 2024. Disponível em:
<https://www.defense.gov/About/Biographies/Biography/Article/602708/admiral-jonathan-w-greenert/>. Acesso em: 24 maio 2024.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Department of Defense. **Joint Operational Access Concept (JOAC)**. Virginia: United States Department of Defense, 17 jan. 2012. Disponível em:
https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC_Jan%202012_Signed.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Department of Defense. **Quadrennial defense review report**. Washington, DC: Department of Defense, 2001.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Navy. **Attack submarines – SSN**. Washington, DC: United States Navy, 13 Mar. 2023. Disponível em:
<https://www.navy.mil/DesktopModules/ArticleCS/Print.aspx?PortalId=1&ModuleId=724&Article=2169558>. Acesso em: 15 fev. 2024.

FERREIRA, Renato Rangel. **Reflexões sobre defesa conjunta da Amazônia Azul**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2018.

FRANCE. Présidence de la République. **Livre blanc**: défense et sécurité nationale. Paris: Direction de l'information légale et administrative, 2013.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Free to choose**: a personal statement. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1980.

GALANTE, Alexandre. 31 anos do afundamento do cruzador argentino 'General Belgrano'. **Poder Naval**, [s. l.]: 2 maio 2013. Disponível em:
<https://www.naval.com.br/blog/2013/05/02/31-anos-do-afundamento-do-cruzador-argentino-general-belgrano/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

GALTIERI, Leopoldo Fortunato. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/persona/8f2b9988-8cd4-49c1-bd51-99e0d517c9d4>. Acesso em: 3 jun. 2024.

GBP USD. In: GOOGLE. Mountain View: Google, 2024. Disponível em:
https://www.google.com/search?q=GBP+USD+&sca_esv=b3a0c44816abe1e2&sxsrf=ADLYWlJn6KR6OPIHIDF7OU19y_7Cq7uotQ%3A1719060695550&ei=18h2Zq-elaDb1sQPopWskAQ&ved=0ahUKEwjv5euQoO-GAxWgrZUCHaIKC0IQ4dUDCBA&uact=5&oq=GBP+USD+&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LX

NlcnAiCEdCUCBVU0QgMgQQlxgnMgUQABiABDIFEAAyGaqyBRAAGIAEMgUQABiABDIFEAAyGaqyBRAAGIAEMgUQABiABDIFEAAyGaqyBhAAGBYyHkjDF1CMBFjIC3ABeAGQAQCYAZYBoAG5B6oBAzAuN7gBA8gBAPgBAZgCCKAC2wfCAgoQABiwAxjWBBhHwgIIEAAyGaqYogTCAggQABgWGB4YD8ICCBAAAGBYyChgemAMAIaYBkAYIkgcDMS43oAfUMA&sclient=gws-wiz-serp. Acesso em: 22 jun. 2024.

GIBRALTAR. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/division/b7b3c93b-ee23-48a6-8ed4-edef80cfc588>. Acesso em: 27 maio 2024.

GIL, Maria Sônia Linhares. **A história como ferramenta de inclusão social e instrumento transformador da realidade social**. Alvorada do Sul, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1827-8.pdf>. Acesso em: 27 maio 2024.

GIMBLETT, Richard. Victoria-class submarines. In: THE CANADIAN Encyclopedia. Toronto: The Canadian Encyclopedia, 09 Mar. 2023. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/victoria-class-submarines#:~:text=NATO%20terminology%20for%20submarine%20classification,hunter%20killer%20or%20attack%20submarine>. Acesso em: 28 mar. 2024.

GREENERT, Jonathan W. Projecting power, assuring access. **Indybay**, San Francisco, 27 Sept. 2012. Disponível em: <https://www.indybay.org/newsitems/2012/09/27/18722466.php>. Acesso em: 3 maio 2024.

GREENWHICH, Meridiano de. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/diverso/9eb18c6a-0b08-426f-bdd6-01ece5b3a95d>. Acesso em: 24 maio 2024.

GUIARRARA, Paloma. Canal do Panamá. **Brasil Escola**, Goiás, [2024]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/canal-panama.htm#:~:text=Para%20que%20as%20embarca%C3%A7%C3%B5es%20possam>. Acesso em: 30 maio 2024.

HARPER, Steven R. **Submarine operations during the Falklands War**. Newport: Naval War College, 1994.

HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **The battle for the Falklands**. London: W.W. Norton & Company, 1983.

ÍNDIA. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/pais/339ee40c-4c84-4ce4-888a-b3293def691d>. Acesso em: 20 abr. 2024.

IUNG, Théodore (Général). **Stratégie, tactique et politique**. Paris: Charpentier, 1890.

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs. **Posição do Japão sobre as ilhas Senkaku**. Tokyo: Ministry of Foreign Affairs of Japan, [2012]. Disponível em: https://www.br.emb-japan.go.jp/territory/senkaku/pdfs/senkaku_flyer_pt.pdf. Acesso em: 5 de maio 2024.

JENKINS, Simon. British sovereignty over the Falklands is an absurd imperial hangover that must end. **The Guardian**, London, 7 Apr. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/apr/07/british-sovereignty-falklands-absurd-imperial-hangover-argentina>. Acesso em: 22 jun. 2024.

LÁZARO, Rodrigo Monteiro. A criação do Centro de Desenvolvimento Doutrinário de Guerra Naval. **Revista do Clube Naval**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 405, p. 77-79, jan. 2023. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/clubenaval/article/view/4201/409>. Acesso em: 27 maio 2024.

LEIA frases de Margaret Thatcher. **G1**, São Paulo, 8 abr. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/leia-frases-de-margaret-thatcher.html>. Acesso em: 16 mar. 2024.

LISSARDY, Gerardo. Como o naufrágio do Belgrano, o ataque mortal ao navio argentino que mudou o rumo da guerra das Malvinas/Falklands. **BBC News Brasil**, Londres, 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-c6e58f78-a386-4fca-864b-7a1a13a3d008>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LOBATO, Ricardo. Guerra das Malvinas: o Brasil permaneceu neutro, mas por muito pouco não se tornou beligerante. **Aventuras na História**, São Paulo, 14 nov. 2021. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/guerra-das-malvinas-o-brasil-permaneceu-neutro-mas-por-muito-pouco-nao-se-tornou-beligerante.phtml>. Acesso em: 27 maio 2024.

LOPES, Fabiano Luis Bueno. O Brasil no deserto. **Batalhão Suez**, Porto Alegre, 12 set. 2007. Disponível em: https://www.batalhaosuez.com.br/antigo/brasil_no_deserto.htm. Acesso em: 7 fev. 2024.

MAHAN, Alfred Thayer. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/persona/7948b172-ad2f-438c-9920-9e1d77d1587c>. Acesso em: 3 jun. 2024.

MALVINAS, Guerra das. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/diverso/0e21c1d6-652e-4b97-9515-57253844b876>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MALVINAS, Ilhas. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/isla/61a91b5b-24c5-4c02-9915-4704a110a8e4>. Acesso em: 06 mar. 2024.

MALVINAS: 40 años, la Armada Argentina al encuentro de la flota británica. **Zona Militar**, Buenos Aires, 02 mayo 2022. Disponível em: <https://www.zona-militar.com/2022/05/02/malvinas-40-anos-la-armada-argentina-al-encuentro-de-la-flota-britanica/>. Acesso em: 22 de abr. 2024.

MARASCIULO, Marília. O que você precisa saber sobre a guerra de independência dos Estados Unidos. **Revista Galileu**, São Paulo, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/historia/noticia/2019/07/o-que-voce-precisa-saber-sobre-guerra-de-independencia-dos-estados-unidos.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2024.

MARINHEIROS até debaixo d'água. **Agência Marinha de Notícias**, Brasília, DF, 17 jul. 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/marinheiros-ate-debaixo-dagua>. Acesso em: 24 maio 2024.

MATURANA, Roberto. Banco Namuncurá: un nuevo caso de entrega de soberanía a Gran Bretaña. **Tribuna de Periodistas**, Buenos Aires, 09 abr. 2012. Disponível em: <https://periodicotribuna.com.ar/10988-banco-namuncura-un-nuevo-caso-de-entrega-de-soberania-a-gran-bretana-.html#sthash.5zCKavhA.dpuf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MAURICE Vaïsse. In: CNRS Éditions. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 2024. Disponível em: <https://www.cnrseditions.fr/auteur/maurice-vaïsse/>. Acesso em: 28 maio 2024.

MELLO, Luis Manuel de Campos. A defesa de ilhas oceânicas: exercício integrado das tarefas do Poder Naval. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 47, p. 45-48, 2016.

MILITARY FACTORY. HMS Conqueror (S48) Nuclear-Powered Attack Submarine. Disponível em: https://www.militaryfactory.com/ships/detail.php?ship_id=HMS-Conqueror-S48. Acesso em: 28 out. 2024.

NAGASHIMA, Ohara Barbosa. **Uma análise do potencial dissuasório do submarino de propulsão nuclear brasileiro**: o cenário hipotético do litoral atlântico da África. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Estratégicos, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos, Niterói, 2013.

NORMANDIA, Desembarque da. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/diverso/324995c1-c09e-433e-a6a7-40ecee11955c>. Acesso em: 19 maio 2024.

OPPENHEIMER. Direção: Cristopher Nolan. Produção: Syncopy Incorporated; Atlas Entertainment. California: Universal Pictures, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Security Council (UN). **Resolution 502 (1982) / adopted by the Security Council at its 2350th meeting, on 3 April 1982**. New York: United Nations, 3 Apr. 1982. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/34455?v=pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Treaty Section. Agreement between the government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and the government of the United States of America for co-operation on the uses of atomic energy for mutual defense purposes. Signed at Washington, on 3 July 1958. **Treaty Series**, New York, v. 326, n. 4707, 13 Mar. 1959. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20326/volume-326-I-4707-English.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PADILHA, Luiz. Os 6 países que dominam o mar com submarinos nucleares. **Defesa Aérea & Naval**, Rio Grande do Sul, 4 jan. 2019. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/geopolitica/os-6-paises-que-dominam-o-mar-com-submarinos-nucleares>. Acesso em: 5 jul. 2024.

PETRÓLEO, Guerra do. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/temas/f727114e-2829-4db5-b73f-68203f53b8c7>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PINTO, Ítalo de Melo. **Estruturação de problemas em blocos**: como estruturar metodologicamente problemas concretos e problemas acadêmicos. 1. ed. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2023.

PROJETO Manhattan, a criação das bombas nucleares. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/temas/986cd459-3359-436f-be3d-7ab7a7539579>. Acesso em: 24 mar. 2024.

RALEIGH, Sir Walter. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/persona/64b3f508-42f6-4ade-8144-3aed4a29cf5b>. Acesso em: 23 maio 2024.

RALEIGH, Walter. Whosoever commands the sea commands the trade; whosoever commands the trade of the world commands the riches of the world, and consequently the world itself. In: RATCLIFFE, Susan. **Oxford essential quotations**. 5th. ed. Oxford: Oxford University Press, 2017. Disponível em: <https://www.oxfordreference.com/display/10.1093/acref/9780191843730.001.0001/q-oro-ed5-00008718>. Acesso em: 19 de maio 2024.

REINO UNIDO. **British Nationality Act 1981**. London: Her Majesty's Stationery Office, 1981.

REINO UNIDO. **Prime Minister's Office**. London: United Kingdom, 2024. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/organisations/prime-ministers-office-10-downing-street>. Acesso em: 20 abr. 2024.

RODRIGUES-LIMA, Newton. **Aula ministrada sobre técnicas de negociação**. Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval; IAG/PUC-Rio, 2024.

SHEFFIELD, Gary. The Battle of the Atlantic: the U-boat peril. BBC, **London**, 30 Mar. 2011. Disponível em: https://www.bbc.co.uk/history/worldwars/wwtwo/battle_atlantic_01.shtml. Acesso em: 24 mar. 2024.

SUBMARINO. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/lexico/c040f157-e30f-4298-9b4b-6a4afec6ad86>. Acesso em: 06 mar. 2024.

TANGREDI, Sam J. **Anti-access warfare: countering A2/AD strategies**. Annapolis: Naval Institute Press, 2013.

TAULOIS, Pedro Luiz Gueiros. A estratégia Antiacesso/Negação de Área (A2/AD). **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 47, p. 28-33, 2016.

THATCHER, Margaret. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/persona/45d7dff6-655b-4fc1-a971-49e574e3f189>. Acesso em: 06 mar. 2024.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. 4th. ed. London: Routledge, 2018.

THE CROWN [seriado]. Direção: Peter Morgan. Produção: Left Bank Pictures e Sony Pictures Television. [Califórnia]: Netflix, 04 nov. 2016. 60 episódios.

VENN, Diagrama de. In: ENCICLOPÉDIA Barsa. São Paulo: Barsa Planeta, 2016. Disponível em: <https://banco.barsa.com.br/diverso/91c90acd-b041-40cb-8412-fe6591d97d73>. Acesso em: 05 abr. 2024.

VAÏSSE, Maurice. La filière sans issue: histoire du premier sous-marin atomique français. **Relations Internationales**, France, n. 59, p. 331-345, automne 1989.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de (org.). **Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

WOODWARD, Sandy. **One hundred days: the memoirs of the Falklands Battle Group Commander**. Annapolis: Naval Institute Press, 1992.

YEMEN's Houthis target Singapore-flagged ship in Gulf of Aden. **Euronews**, Lyon, 9 mars 2024. Disponível em: <https://www.euronews.com/2024/03/09/yemens-houthis-target-singapore-flagged-ship-in-gulf-of-aden>. Acesso em: 30 maio 2024.

YOGUI, Ricardo; MAGACHO, Lygia. **Seminário estratégia e inovação**: curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval; IAG/PUC-Rio, 2024.